

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

NICOLE DOS SANTOS SILVA

E EU NÃO SOU UMA MULHER?

A ausência das mulheres negras nas redações dos jornais Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora

Porto Alegre
2024

NICOLE DOS SANTOS SILVA

E EU NÃO SOU UMA MULHER?

A ausência das mulheres negras nas redações dos jornais Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Sandra de Deus

Porto Alegre
2024

Nicole dos Santos Silva

E EU NÃO SOU UMA MULHER?

A ausência das mulheres negras nas redações dos jornais Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Sandra de Deus

Aprovado em: ____ de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Sandra de Deus – UFRGS
Orientadora

Prof. Dr.^a. Gláucia Aparecida Vaz – UFRGS
Examinadora

Prof. Dr.^a. Sátira Pereira Machado - Unipampa
Examinadora

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Nicole dos Santos

E EU NÃO SOU UMA MULHER? A ausência das mulheres negras nas redações dos jornais Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora / Nicole dos Santos Silva. -- 2024.

72 f.

Orientadora: Sandra de Fátima Batista de Deus.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. jornalismo gaúcho. 2. jornalistas negras. 3. redações de jornal;. 4. liderança. 5. racismo. I. Deus, Sandra de Fátima Batista de, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Existe um provérbio iorubá que diz: “se posso colocar-me de pé, é porque minhas costas estão apoiadas em minhas ancestrais”. É com esta citação potente e cheia de sentido que começo agradecendo a quem me deu amparo e formou grande parte do que sou, seja através de incentivo ou pavimentando o caminho para que eu pudesse trilhar essa jornada. Esse trabalho é a materialização de cinco anos de estudo e também a prova de que, apesar de uma intensa dedicação individual, não se faz nada sozinha – máxima que se tornou ainda mais latente nos últimos meses.

Agradeço primeiramente a minha mãe, Carmen, que me deu a vida, e meu pai, Breno, que trabalhou incessantemente para que nada me faltasse. Juntos, construíram um lar para que eu sempre pudesse me sentir segura e confiante para caminhar rumo a uma universidade pública, algo que eles nem puderam sonhar para si mesmos. Junto aos meus irmãos Marlon e aos gêmeos Lucas e Lorenzo, que acompanharam e deram, de forma incansável, todo o apoio necessário para que eu não sucumbisse ao longo desses quatro anos. Aos meus avós, *in memoriam*, Erondina e Breno, também vai o meu agradecimento.

Felizmente fui agraciada com encontros muito afetuosos ao longo desses últimos anos. De forma especial agradeço a Brenda Rosa, Mariana Dionisio e Melany Pereira, a 19/2 jamais teria a mesma graça sem vocês pra partilhar esse momento. Paulo Henrique Chalmes, que chegou depois mas se tornou em tão pouco tempo parte substancial da minha vida. Flávia Simões e Victória Rodrigues: as minhas fofoqueiras preferidas! Laços que foram construídos dentro do ambiente profissional, e felizmente transbordaram e se estenderam para a minha vida pessoal. Talita e Ynaê, amigades que eu trouxe da escola e, infelizmente, tiveram que se acostumar com a minha ausência durante esse período tão turbulento – mas que seguem comigo há mais de sete anos. Amigos-irmãos que tanto me fortaleceram durante essa trajetória. Que felicidade termos nos cruzado nesse espaço-tempo! Esses laços são meu amparo na melhor e na pior das situações.

Às mulheres da Economia do Correio do Povo, Karina Reif e Simone Schmidt, que tanto me ensinaram no meu período de aprendizagem com elas. Não teria sido fácil passar por esse período tão conturbado se não fosse também a generosidade de vocês. Depois de quase dois anos no jornal, descobri que ainda

tinha muito potencial a ser explorado, mas também tinha muito a aprender, o que não seria possível sem essa oportunidade. Entre indicadores financeiros e tabelas de IRPF, não faltou espaço para apoio e incentivo – e cafézinho!

Também foi nesse ambiente que eu encontrei aquele que tem sido meu parceiro de vida. Ele que, muito antes de namorado, foi meu amigo – e ouviu grande parte das minhas aflições. Ele é dessas pessoas que a gente encontra poucas vezes. Um coração diferente, daqueles fora da curva. E eu também não passaria por esses meses ilesa sem o carinho e cuidado do meu amor. Lucas, obrigada por ter me ensinado que o amor pode ser tranquilo e acolhedor. Sou grata por você dividir sonhos comigo, mais ainda por me apoiar e ir junto de encontro a eles.

Agradeço também à minha orientadora, Sandra de Fátima Batista de Deus, por trazer sempre novas ideias às minhas discussões e por sanar com paciência e atenção as dúvidas que foram surgindo ao longo do projeto. Por contribuir com essa jornada de forma muito carinhosa e ser uma figura afetuosa que fez com que eu jamais me sentisse insegura ou impotente perante às dificuldades e cansaços. Agradeço por seu incentivo e animação constantes em ver este projeto tomando forma. Sou grata, também, pela tua imagem de ser mais do que uma professora e orientadora, e sim uma amiga.

Vera Daisy Barcellos, que também fez parte dessa jornada. Entre ligações e encontros presenciais, descobri que há muito em comum na nossa jornada. Pude descobrir, também, que além de grande profissional, ela é uma ótima narradora de histórias. Mais do que integrante, foi uma personagem substancial nessa pesquisa. Ela que gentilmente cedeu seu tempo para me ouvir e contar parte da sua trajetória profissional, enriquecendo ainda mais meu trabalho.

Á todas as mulheres negras, brasileiras e com tanto potencial, que tiveram suas histórias apagadas, mas cabe a nós, nesse momento, honrar suas trajetórias. Um agradecimento geral - mas não menos importante - para os demais que também fazem parte dessa minha jornada.

“Não digam que fui rebotalho, que
vivia à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas sempre fui preterida.”
(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a presença da mulher negra nas três principais redações de jornal do Rio Grande do Sul – Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora. Essas reflexões serão delineadas, também, a partir da contribuição da jornalista gaúcha Vera Daisy Barcellos. A questão central é entender quais funções das jornalistas negras ocupam nestes espaços e, além disso, apontar as dificuldades de chegar aos cargos de liderança. Embora não haja dados precisos e atualizados sobre o percentual de jornalistas negras nas redações, denota-se empiricamente que o jornalismo no Estado, ou pelo menos os cargos observados, são compostos em sua maioria por pessoas brancas. Propõe, também, um levantamento teórico sobre questões históricas, racismo estrutural e como ele afeta a mídia e as barreiras enfrentadas no mercado de trabalho, como também os estereótipos existentes no meio jornalístico. A pesquisa se utiliza do estudo de caso para responder o seguinte problema de pesquisa: se as pessoas negras são a maioria populacional do Brasil, porque as mulheres não estão em maioria também nas redações de jornal do Rio Grande do Sul?

Palavras-Chave: jornalismo gaúcho; jornalistas negras; redações de jornal; liderança; racismo.

ABSTRACT

This work presents reflections on the presence of black women in the three main newspaper offices in Rio Grande do Sul – Correio do Povo, Jornal do Comércio and Zero Hora. These reflections will also be outlined based on the contribution of Rio Grande do Sul journalist Vera Daisy Barcellos. The central question is to understand what roles black journalists occupy in these spaces and, in addition, to point out the difficulties in reaching leadership positions. Although there is no accurate and updated data on the percentage of black journalists in newsrooms, it is empirically clear that journalism in the State, or at least the positions observed, are mostly made up of white people. It also proposes a theoretical survey of historical issues, structural racism and how it affects the media and the barriers faced in the job market, as well as the stereotypes that exist in the journalistic environment. The research uses the case study to answer the following research problem: if black people are the majority population in Brazil, why are women not also in the majority in newspaper editorial offices in Rio Grande do Sul?

Keywords: gaúcho journalism; black journalists; newspaper editorials; leadership; racism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RACISMO E IDENTIDADE RACIAL FEMININA	14
2.1 RACISMO ESTRUTURAL	14
2.2 INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO	24
3 O NEGRO NA MÍDIA	31
3.1 IMPRENSA NEGRA NO RS	37
3.2. NEGRAS NA IMPRENSA DO RS	41
3.3 VERA DAISY, A NEGRA ÚNICA	45
4 PERCURSO METODOLÓGICO	50
4.1 ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO	50
4.2. IMPRENSA NO RS	51
4.2.1 CORREIO DO POVO	51
4.2.2 JORNAL DO COMÉRCIO	52
4.2.3 ZERO HORA	54
4.3 CENÁRIO (UNIVERSO DE PROFISSIONAIS)	54
5 ONDE ESTÃO AS NEGRAS?	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1 INTRODUÇÃO

Sempre acreditei no jornalismo como uma ferramenta de mudança social, sendo ele uma peça fundamental para promover os mais importantes debates. Portanto, decidi unir dois pontos que me atravessam tanto como estudante de Comunicação Social, quanto como mulher que também figura nesta posição. Assim, a inquietação que deu origem a esta proposta de pesquisa tem como pano de fundo a motivação pessoal, visto que as redações de jornal sempre foram (e são) aquilo que idealizo como futuro profissional. Também parte da curiosidade sobre a situação das jornalistas negras no Rio Grande do Sul. A escolha pelo meio impresso, em um momento onde o digital aparenta ser o mais difundido, foi proposital. Levando em conta que em outros meios podemos ter acesso à identidade daquele profissional, como na televisão ou, então, nos programas de rádio que também são veiculados em plataformas de vídeo, por exemplo. Particularmente, soa muito instigante descobrir quem é o rosto por trás desses escritos.

O objetivo deste estudo é jogar luz sobre as redações dos três principais jornais de Porto Alegre para verificar quantas jornalistas negras estão em atuação. Chama a atenção de qualquer pesquisa o fato de que a primeira jornalista negra a atuar em uma redação jornalística de Porto Alegre, cobrindo esportes, hoje tem mais de 70 anos. Portanto, o pontapé para essa reflexão é a trajetória da jornalista negra Vera Daisy Barcellos. A gaúcha é pioneira no quesito da cobertura esportiva, cobrindo o então futebol de salão, hoje futsal, no Rio Grande do Sul, e militante a favor das questões de raça e gênero. Já se passaram mais de cem anos desde a abolição da escravatura no Brasil. E a jornalista Vera Daisy, que iniciou sua carreira nas redações de jornal em 1971 no Jornal do Comércio, é um nome de referência, o que significa que o país que extinguiu tardiamente seu regime escravocrata persiste com o sistema de desigualdade social e, substancialmente, racial e de gênero. O processo abolicionista, portanto, não foi capaz de reverter a situação de marginalização dessas pessoas.

O problema dessa disparidade social tem suas raízes, em grande parte, no mercado de trabalho. Logo, é dedutível que as redações não fogem muito deste mal. É perceptível que ainda existem lacunas no que diz respeito ao acesso nos espaços da mídia. Nas redações de jornal e, especialmente, em cargos de liderança – como de editor-chefe, por exemplo – este cenário também parece se repetir. Um

levantamento do Perfil Racial da Imprensa Brasileira¹ mapeou os profissionais de jornalismo no Brasil. A publicação aponta que, no Rio Grande do Sul, apenas 5% dos profissionais negros habilitados nos cursos de Jornalismo atuam nos principais veículos de comunicação, sobretudo como repórteres e apresentadores. O espaço, portanto, não é distribuído de maneira proporcional.

Durante a pesquisa que fundamenta este estudo, um dos materiais encontrados tratava especificamente sobre o telejornalismo e a lacuna de representação da população negra nessa esfera da mídia. A publicação "A gente não se vê por aqui: o jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul"² reaqueceu um debate já conhecido pela população preta do Sul do país: onde estão os rostos negros no telejornalismo? De acordo com o levantamento realizado na época, junto a 134 profissionais, os negros são apenas 5,97% dos repórteres e apresentadores no telejornalismo gaúcho. O resultado, portanto, revela que o Rio Grande do Sul tem uma sub-representação de oito negros na TV, contabilizando cinco homens e três mulheres.

Tendo isso em vista, procuro voltar minha pesquisa para outro meio: o jornalismo impresso. O trabalho busca responder a seguinte pergunta: se as pessoas negras são a maioria populacional no Brasil, por que ainda estão em minoria no jornalismo gaúcho, especialmente no que se refere às mulheres? Para tal, proponho investigar: a) quantas são as mulheres negras que trabalham nas três principais redações de jornal do Rio Grande do Sul, sendo elas: Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora; b) quais são os cargos ocupados por elas, quantificando, especialmente, quantas dessas mulheres ocupam cargos de liderança; c) como esses três veículos concebem a questão da diversidade racial e feminina. A partir da coleta de dados sobre as três empresas citadas, no período entre 2022 e 2024, considerando o início o ano em que passei a trabalhar em redação e, conseqüentemente, comecei a questionar onde estavam as mulheres que se pareciam comigo no jornalismo gaúcho, até o momento no qual esta pesquisa começou a ser articulada, será possível observar se ocorreram mudanças

¹ Realizado em 2021 e conduzido pelo Jornalistas&Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e l'Max e publicado no Portal dos Jornalistas.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/14Y-ur63FFWrGgLgMZkioc1mQ1gozIZY4/view>>. Acesso em 28 de abril de 2024>

² Disponível em: <<https://www.pucrs.br/blog/jornalistas-negros-no-telejornalismo-gaucha/>>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

ao longo destes dois anos. Para embasar teoricamente os resultados encontrados, procuro amparo em uma bibliografia que justifique quais aspectos levam não somente à não-inserção, mas também ao baixo prestígio das mulheres negras nestes locais. Autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins que pesquisam, atuam e cobrem suas pautas através de suas próprias histórias de vida, se tornam importantes no percurso. Desde o ativismo no Movimento Negro e na produção de conhecimento sobre as mulheres racializadas, às discussões sobre o racismo.

Também busquei outros trabalhos que provocam a discussão racial nos espaços que transitamos na sociedade. Essa monografia se justifica porque pouco encontrei produções sobre este tema em específico, surgindo então a vontade de investigá-lo. No Lume, repositório digital de trabalhos da Ufrgs, encontrei cerca de 1.049 resultados relacionados a “jornalistas negras”, e a combinação dos termos “jornalistas negras” e “racismo” resultou em 474. Já a busca usando as palavras-chave “jornalistas negras/redação” e “jornalistas negras/Rio Grande do Sul” não retornou resultados. Entendi, portanto, que há poucos materiais explorando a realidade das jornalistas negras, sobretudo nas redações de jornal impresso do estado gaúcho. A hipótese é que há mais pesquisas no campo da televisão, porque neste caso existe a questão da imagem. Não porque as outras jornalistas atuantes também não sofram discriminação, mas sim porque aquelas que trabalham no meio televisivo recebem críticas direcionadas à sua imagem e de forma mais latente, especialmente com o advento das redes sociais. Para obtenção dos dados necessários, foi realizada uma busca bibliográfica, que foi realizada durante os meses de março a julho de 2024. Foi feito um levantamento em repositórios de trabalhos acadêmicos, a partir do Google Acadêmico, encontrando o LUME (Ufrgs), TEDE (PUCRS) e Repositório Unipampa. Também foram retirados dados de matérias jornalísticas, a partir dos sites: Agência Brasil, Alma Preta Jornalismo, Coletiva.Net, Correio do Povo, GZH, Jornal do Comércio, Poder 360, Portal Extraclasse e Portal Geledés.

Este estudo será organizado em seis capítulos, sendo três deles teóricos e dois dedicados à análise. O primeiro deles, a introdução. O segundo faz uma base histórica, e está destinado a explicar sobre a questão do racismo estrutural e quais seus efeitos práticos na sociedade brasileira. Também integra como subcapítulo deste uma seção que traz contribuições de estudiosas que explicam o que é a

interseccionalidade, aliada ao fenômeno do feminismo negro, e porque há essa separação de pautas dentro da vertente feminista. Já o terceiro promove um maior entendimento sobre a importância da Imprensa Negra, mais especificamente no Rio Grande do Sul. Também verifiquei a participação e atuação das jornalistas negras no estado, dedicando ainda um espaço para me debruçar sobre a jornada pessoal e profissional da jornalista Vera Daisy Barcellos. O quarto capítulo, sendo este o início do percurso metodológico, explica a metodologia utilizada e deixa evidente sua natureza quantitativa, contextualiza a história dos três jornais alvo desta pesquisa e desenha o cenário de profissionais dispostos nos mesmos.

Como parte final desta investigação, o quinto e o sexto, sendo a análise e considerações, concluem os estudos sobre a história de subutilização e negação dos talentos negros. Foi possível retomar a questão teórica do racismo e suas consequências, analisar a situação das mulheres negras e o quadro apresentado pelos Relatórios de Transparência Salarial. Ambos propõem discorrer sobre as descobertas que foram feitas e como elas podem, se isso for uma possibilidade, contribuir para futuras pesquisas dentro deste campo.

2 RACISMO E IDENTIDADE RACIAL FEMININA

Nesta seção vamos tratar de dois tópicos importantes para compreender os fenômenos que virão posteriormente. Em um primeiro momento, vamos explicar, de forma breve, o que é o racismo, seu significado e a sua origem. De maneira geral, o racismo está ligado à uma ideia discriminatória entre os seres humanos. Essas diferenças são expostas a partir da manifestação de superioridade de determinados grupos em relação a outros. O racismo estrutural, por sua vez, será elucidado, principalmente, por meio dos escritos do advogado, professor e atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Sílvio de Almeida.

Já o Feminismo Negro, termo utilizado para designar o movimento teórico, político e social protagonizado por mulheres negras, busca dar visibilidade às pautas deste grupo. Esta vertente vai ao encontro das experiências únicas das mulheres negras, e surge quando as mesmas perceberam que suas especificidades não estavam presentes na luta cotidiana do movimento. Para entender essa diferenciação que ocorre dentro da própria corrente feminista, será preciso discorrer sobre a ideia de interseccionalidade, conceito criado em 1989 pela estudiosa, professora e defensora dos direitos civis norte-americana, Kimberlé Crenshaw.

2.1 RACISMO ESTRUTURAL

O racismo, materializado na forma de preconceito ou discriminação, se manifesta de diversas maneiras. O racismo estrutural, por sua vez, pode ser compreendido como um fenômeno que permeia as instituições e sistemas de uma sociedade, resultando em desigualdades sistêmicas baseadas na raça. Ele é embutido nas políticas (públicas), práticas e normas sociais, contribuindo para a reprodução de disparidades ao longo do tempo.

Essa tipificação de racismo é profundamente enraizada em estruturas sociais, econômicas e políticas, perpetuando vantagens e desvantagens com uma base racial. Uma característica distintiva do racismo estrutural é a sua invisibilidade para muitos que não estão diretamente sujeitos a ele, tornando-se um desafio abordá-lo e combatê-lo. E aqui chamo de “invisibilidade” posto que este tipo de violência está distante da discriminação, agressão ou qualquer atitude visível. As instituições, em específico o mercado de trabalho jornalístico, muitas vezes refletem e perpetuam o racismo estrutural. Neste caso, ele pode se manifestar por meio de

práticas discriminatórias quanto à contratação, promoção e salários desiguais – o que limita as oportunidades de avanço econômico e contribui para a lacuna salarial racial. Logo, isso explicaria, ao menos em parte, a dificuldade de pessoas negras ocuparem postos de trabalho em posições de liderança,

uma vez que, no Brasil, os espaços de poder não correspondem à miscigenação defendida, aplaudida e venerada pela ideia de metarracialidade presente na vasta maioria das instituições do país (Santos, 2017, p. 140).

Abordar o racismo estrutural exige uma análise crítica e a vontade coletiva de dismantelar sistemas que perpetuam a discriminação racial. Isso envolve mudanças nas políticas públicas, reformas institucionais, educação antirracista e uma conscientização generalizada sobre as manifestações sutis, mas poderosas, do racismo estrutural em todas as esferas da sociedade. Segundo Sílvia Almeida, em “O que é Racismo Estrutural”,

em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irá facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade (Almeida, 2019, p. 32).

Enfrentar o racismo estrutural requer uma abordagem abrangente e contínua, envolvendo todos os setores da sociedade para criar um ambiente mais justo, igualitário e inclusivo para todos, independentemente da sua origem étnica. Portanto, retomando Almeida (2019), é preciso esforço coletivo. Apesar de estar implícito em situações cotidianas, de forma velada, o preconceito é perverso e explícito para as pessoas pretas. Para compreender isso, basta consultar as estatísticas que comprovam o peso da desigualdade: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)³, a taxa de pobreza para pessoas pretas é duas vezes maior que a de pessoas brancas. Na época da publicação do estudo, que mede as condições de vida da população, apesar da queda no número de brasileiros vivendo na extrema pobreza, a principal face da escassez de recursos segue sendo a de pessoas pretas. Isso porque a pesquisa revelou que em 2022, a população ocupada branca ganhava, por hora, aproximadamente 61% mais que a população preta ou parda. Diferença essa que se acentua quando se trata do nível

³ Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-12/taxa-de-pobreza-de-pretos-e-duas-vezes-maior-em-relacao-a-de-brancos>>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

superior completo, sendo R\$35,30 para brancos e R\$25,70 para pretos ou pardos. Esse fator se explica quando entendemos como opera o sistema de desigualdade econômica que impera no Brasil, qual a sua raiz e quem são os maiores atingidos por esse fenômeno.

A desigualdade econômica, como explicado em publicação no site Politize⁴, pode ser medida utilizando indicadores comparativos, podendo ser caracterizada por condições históricas, sociais, bem como a falta de investimento em políticas governamentais, entre outros fatores. Esses aspectos remetem à uma frase do ativista Steve Biko, que aponta o racismo e o capitalismo como “duas faces de uma mesma moeda”. A ideia de raça é empregada nesse sentido e reforça justamente para que haja uma distinção entre trabalhadores, fazendo com que alguns deles sejam ainda mais oprimidos. Isso explicaria, pelo menos em partes, porque o racismo e a desigualdade econômica são fatores profundamente interligados e se reforçam mutuamente de várias maneiras. Essa interconexão pode ser elucidada por meio do histórico de exploração e opressão: o racismo tem sido usado, há muito tempo, como uma ferramenta para justificar a exploração econômica de grupos marginalizados. Por exemplo, durante a era da escravidão, quando pessoas negras foram submetidas à servidão para benefício econômico de proprietários brancos.

O Brasil, que foi o último de seus pares da América Latina – e um dos últimos países do mundo – a extinguir a escravidão, não se empenhou para acabar de uma só vez com o regime. Ao invés disso, foi criando normas muito menos efetivas, apelidadas de “leis para inglês ver”. A exemplo das leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885), que além de serem frágeis, eram passíveis de serem burladas. Também há registros da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que, como posto por Moura (2003) em “Dicionário da Escravidão Negra no Brasil”, é o nome pelo qual ficou conhecida a Lei nº 531, que pôs fim ao tráfico internacional de escravos no Brasil, de autoria de Eusébio de Queirós, titular da Justiça no Gabinete de Olinda (1849-1852).

Outro ponto foi o restringimento residencial e escolar. Sendo assim, historicamente, comunidades racialmente segregadas enfrentam baixo investimento e falta de acesso a recursos econômicos e educacionais. Essa situação limitou as oportunidades para as pessoas que viviam em zonas menos favorecidas. A Lei

⁴ Disponível em: <<https://www.politize.com.br/desigualdade-economica-5-causas/>>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

número 1, de 14 de janeiro de 1837, deixava explícito quem era bem-vindo no ambiente educacional: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (Fonseca, 2002, p. 12).

Apesar do sistema de cotas, política afirmativa implementada em 2012, ainda existe um abismo educacional. Também conhecida como Lei nº 12.711/2012⁵, foi sancionada em 29 de agosto de 2012, após uma intensa mobilização dos movimentos sociais. Assim, pelo menos 50% das vagas em universidades e institutos federais de ensino superior deveriam ser reservadas para estudantes que cumprissem os requisitos como renda familiar, ter estudado em escola pública e se autodeclarar ser preto, pardo ou indígena. Há também a possibilidade de se inserir nessas cotas sendo uma Pessoa com Deficiência. De acordo com o Ministério da Educação, no site do Governo Federal⁶, somente no primeiro ano de existência, foram 40 mil beneficiados. Sobre isso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)⁷ sobre educação de 2023, publicada em março deste ano, que traçou o cenário do acesso à escola e ao ensino superior no país, também trouxe dados que revelam outras consequências do racismo. A análise baseada em fatores raciais chama a atenção para a diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas.

Em 2023, o analfabetismo atingia 3,2% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca, sendo que esse percentual se eleva para 7,1% quando se trata do grupo de pretos ou pardos. Ainda segundo o estudo, a parcela preta e parda que acessa o ensino superior é quase a metade do que a de brancos: 29,5% das pessoas brancas entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior e 6,5% já tinham se formado. Já em relação aos pretos e pardos da mesma faixa etária, apenas 16,4% estavam cursando uma graduação, enquanto 2,9% já tinham o diploma⁸. O acesso às cotas e a democratização do ensino superior, fenômeno identificado nos últimos anos, deveria proporcionar um aumento da proporção da população mais escolarizada, refletindo também no mercado de trabalho formal. Com base nessas

⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. <Acesso em 23 de julho de 2024>

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas>. <Acesso em 23 de julho de 2024>

⁷ Disponível em: https://static.poder360.com.br/2024/03/PNAD_Educacao_2023-1.pdf. <Acesso em: 08 de julho de 2024>.

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/26/desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-ensino-va-i-da-alfabetizacao-a-universidade.ghtml>. <Acesso em 08 de julho de 2024>.

informações, poucas pessoas pretas chegam nas universidades e até mesmo completam o curso, logo, carreiras que dependem dessa etapa acabam tendo menos presença dos mesmos.

Esse processo de exclusão também culminou em ciclos de pobreza intergeracional, quando a desigualdade econômica, resultante do racismo, muitas vezes se perpetua ao longo de gerações. Tais desvantagens foram transmitidas para as gerações seguintes, tornando mais difícil para as famílias negras escaparem da pobreza e alcançarem a estabilidade. Assim como é posto na pesquisa “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”, “55% do diferencial salarial entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional e outra parte da herança da discriminação educacional infligida às gerações dos pais dos estudantes” (Henriques, 2001, p. 26). Isso quer dizer que a população que hoje é idosa, mesmo tendo nascido pelo menos 100 anos depois da Lei número 1, já citada anteriormente, ainda enfrenta as consequências deste fator.

O racismo estrutural muitas vezes resulta em acesso desigual a oportunidades econômicas, como emprego, educação e moradia. Pessoas pertencentes a grupos racialmente marginalizados enfrentam barreiras sistêmicas que dificultam o acesso a essas portas de entrada, o que perpetua a desigualdade econômica. O racismo no mercado de trabalho, por sua vez, muitas vezes se traduz em disparidades salariais e de emprego entre grupos raciais. Pessoas negras, por exemplo, geralmente enfrentam salários mais baixos e taxas de desemprego mais altas em comparação com pessoas brancas com qualificações semelhantes. Isso contribui diretamente para um cenário de desequilíbrio entre os grupos. Essas mazelas vêm sendo denunciadas há muito tempo, como nos escritos de Carolina Maria de Jesus, que hoje é uma das figuras mais importantes da literatura brasileira. Mulher negra, pobre e mãe solo, usava das palavras para denunciar as injustiças sociais, sobretudo o esquecimento com a favela. Enquanto moradora do Canindé, em terras paulistas, intercalava sua rotina entre o sonho de ser escritora e o trabalho como catadora de papéis. Um de seus escritos, publicado em maio de 1958 no jornal “Folha da Noite”, retrata o cenário de exclusão social de oportunidades que poderiam ajudá-la a driblar a fome e alcançar uma vida digna. Ela diz: “Não digam que eu fui rebotinho, que vivia à margem da vida. Digam que eu procurava por trabalho, mas sempre fui preterida” (Folha da Noite, 1958). Ela complementa

lamentando que seu sonho de ser poetisa tinha um preço na qual não poderia pagar.

E estes são apenas alguns exemplos das maneiras pelas quais o racismo e a desigualdade econômica estão interligados. Os aspectos mencionados anteriormente, em especial a questão do acesso desigual a oportunidades econômicas e a disparidades salariais e de emprego, refletem no acesso ao mercado de trabalho. Abordar efetivamente a desigualdade econômica requer reconhecer e enfrentar as raízes históricas e estruturais do racismo e implementar políticas que promovam a igualdade de oportunidades. No Brasil, por exemplo, temos a Lei nº 12.228 de 20 de julho de 2010⁹, também conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Essa legislação estabelece a igualdade de oportunidades para a população negra, combate a discriminação e promove ações afirmativas. Também foi dela que originou o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), conjunto de órgãos e ações do governo federal, estadual e municipal que trabalham para implementar as políticas públicas de promoção da igualdade racial. A deliberação visa “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). E essa conquista só foi possível por reivindicação do próprio movimento negro.

Dito isso, não há dúvidas de que o racismo estrutural corrobora para limitar as oportunidades e segregar as pessoas negras do mercado de trabalho. E naturalizar a predominância branca no espaço acadêmico e profissional é consequência direta do racismo. Uma pesquisa do IBGE¹⁰, publicada em janeiro de 2024, revelou que 7,8% dos brasileiros economicamente ativos estão desempregados, o que corresponde a 8,3 milhões de pessoas. Essa proporção é ainda maior entre a população negra, já que 8,9%¹¹ estão sem emprego. Mas o racismo não prejudica somente na questão da dificuldade de estar empregado, bem

⁹ Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589163/Estatuto_igualdade_racial_normas_corr_elatas.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

¹⁰ Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/taxa-media-de-desemprego-em-2023-e-menor-desde-2014>>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

¹¹ Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/desemprego-de-mulheres-e-negros-termina-2023-acima-da-media-nacional>>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

como afeta a transição de carreira. Ainda de acordo com o instituto¹², dentro das companhias, a parcela preta dos habitantes brasileiros ocupa somente 29,5% dos cargos gerenciais. Essa é a face do racismo social, que se revela na questão da desigualdade entre ricos e pobres – que, em sua maioria, são negros. Isso significa que pretos e pardos ainda lideram a base da pirâmide da hierarquia corporativa.

Abordar a questão da diversidade faz parte do processo de quebrar uma das grandes lógicas do mito da democracia racial, que é o aspecto do silêncio. Isso porque algumas pessoas costumam acreditar – e reproduzir – a ideia de que para cessar um problema, basta parar de falar sobre ele. Essa e outras lógicas só existem para seguir corroborando com o cenário de privilégios de um grupo específico. São os brancos os beneficiários da estrutura do racismo na sociedade, portanto, a branquitude é um lugar de vantagem estrutural onde há dominação racial – em todos os lugares que foram colonizados pela Europa. Autora de “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo”, livro que leva o mesmo nome de sua dissertação de mestrado, Lia Vainer Schucman (2012) propõe que a raça é uma atribuição de sentido sobre os corpos, ligado a um processo histórico de dominação. Segundo ela, “os dois tipos de classificação da diversidade humana produziram ideias que hierarquizaram os seres humanos, uma pelo conceito de superioridade biológica e outra pelo conceito de superioridade cultural” (SCHUCMAN, 2012, p. 32). Isso configura uma forma de naturalizar uma história social, como a colonização. Os espaços de ensino formal, por exemplo, foram direcionados somente a um grupo de pessoas por muito tempo. Ao passo em que a presença das pessoas negras ia sendo permitida, foram se criando formas de seguir barrando o acesso e impedindo a permanência dos mesmos. Esse aspecto também é discutido em “Pensamento Feminista Negro”, por Patricia Hill Collins (1990), quando alega que a supressão do conhecimento produzido por grupos oprimidos “facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização” (2019, p. 32).

Tal afirmação corrobora com a ideia do mito da democracia racial, já citado anteriormente, fenômeno esse que é observado no Brasil. O conceito ganhou força

¹² Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/pacto-da-onu-quer-alcancar-50-de-negros-em-posicoes-de-lideranca>> Acesso em: 13 de maio de 2024.

no país no século XX, especialmente a partir da obra de Gilberto Freyre, "Casa-Grande & Senzala", de 1933. O sociólogo brasileiro argumentava que a miscigenação nas terras brasileiras havia produzido uma sociedade sem preconceitos raciais significativos, em contraste com a segregação presente nos Estados Unidos. A crença defende que existe uma convivência harmoniosa e igualitária entre diferentes raças, sem a presença de racismo ou discriminação. Essa ideia sugere que a mistura racial resultante de séculos de convivência entre europeus, africanos e indígenas criou uma sociedade livre de amarras e preconceitos raciais. O que, na realidade, como sabemos, não aconteceu.

A retórica também serve para negar ou minimizar a existência do racismo estrutural. Ao afirmar que não há preconceito racial significativo, ele desvia a atenção das desigualdades sistemáticas enfrentadas por pessoas negras e indígenas, incluindo acesso desigual à educação, mercado de trabalho, saúde e habitação. Como já citado anteriormente, a sociedade brasileira é formada pelo racismo estrutural, e dar nome a essas situações é uma forma de combater uma divisão que já está posta. O racismo está, desde sempre, em um lugar moral – e é importante que ele seja retirado desse âmbito. Todos indivíduos querem ter uma boa imagem de si mesmos, e por esse motivo existe a negação em assumir que é ou que teve uma criação racista. A naturalização disso, por sua vez, produz uma cegueira. Assim como explicita Gomes (2012), a população negra precisa enfrentar essa desproporção, potencializada pela negação que vem de um longo período.

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (Gomes, 2012, pg. 46)

O mito contribui para a persistência de um racismo velado, que é menos explícito, mas igualmente perigoso. Ao invés de manifestações abertas de ódio racial, se manifesta por meio de microagressões que são frequentemente ignoradas ou racionalizadas pela sociedade. O projeto de apagamento do negro enquanto contador de histórias e a negação de sua inteligência, por exemplo, são formas desses preconceitos sutis. Outro ponto que dificulta é a implementação de políticas públicas efetivas para combater o racismo. Se a sociedade acredita que o racismo não é um problema sério, há menos incentivo para apoiar ações afirmativas, cotas

raciais e outras medidas que visem reduzir as desigualdades nesse sentido. Apesar de diversos indicadores sociais que revelam as condições de sobrevivência da população negra no país, ainda se reproduz uma ideia de que a convivência é pacífica e que não há divisão racial nas estruturas. Mas há como questionar esses falsos ideais quando, por exemplo, os números publicados pelo Atlas da Violência¹³ de 2024 mostram que, de janeiro de 2012 até o fim de 2022, uma pessoa negra foi vítima de homicídio a cada 12 minutos no Brasil. A insegurança alimentar¹⁴ também pode ser observada a partir de um recorte racial, sendo que dois em cada três domicílios chefiados por pretos e pardos sofrem com a fome. Portanto, apesar dos 136 anos de sanção da abolição da escravatura, persistem as consequências desse processo, marcado, principalmente, pela negação de direitos básicos e o desamparo. Sendo assim, homens e mulheres, mesmo libertos por lei, seguiram às margens, muitas vezes sem uma vida digna – desde o acesso à saúde, alimentação de qualidade, educação, lazer e demais condições mínimas de sobrevivência.

Alcançar a chamada consciência social é um processo que também perpassa desafios. O mito da democracia racial, como exposto neste capítulo, é uma narrativa que esconde as desigualdades raciais profundas e persistentes na sociedade. Para avançar nessa luta, portanto, é essencial dismantelar essa narrativa e reconhecer a existência e a gravidade do racismo e suas consequências. Isso inclui promover a conscientização sobre a história e as consequências do racismo, apoiar movimentos sociais e políticas públicas que busquem a equidade racial e incentivar um diálogo aberto e honesto sobre essas questões específicas. Um exemplo disso são os grupos de debate e movimentos de militância, que são grandes incentivadores das agendas sociais.

Os movimentos sociais tem uma atuação importante no sentido das relações entre a sociedade civil e o Estado, pois, segundo Caio Santana, é esta interação que produz “políticas públicas mais direcionadas”¹⁵. Isso significa que as mobilizações coletivas levam, também, à discussão de pautas emergenciais junto ao aparelho político brasileiro. Esses coletivos, portanto, são importantes na defesa

¹³ Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em 16 de julho de 2024.>

¹⁴ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/familias-chefiadas-por-pessoas-negras-sao-mais-atingidas-pela-fome>>. Acesso em: 16 de julho de 2024

¹⁵ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/interacao-com-movimentos-sociais-ampliou-a-capacidade-de-atuacao-do-estado/>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

e manutenção das pautas sobre grupos minoritários. O país conta com uma extensa história de ações coletivas na luta por direitos, denúncia de injustiças, conscientização social e proposição de alternativas, desde a redemocratização, reforma agrária, movimentos ambientalistas, LGBTQIAP+ e outros. Um ponto favorável para os coletivos contemporâneos é que hoje eles estão munidos das tecnologias de comunicação e informação, ferramentas que contribuem para novas possibilidades de discussão e ação. Foi por meio do ativismo social e político, inclusive, que surgiu o Dia da Consciência Negra em 1971¹⁶ – como alternativa ao 13 de maio, de forma a “romper com a ideia de liberdade concedida por uma concepção de liberdade conquistada” (CAMPOS, 2006, p. 10). O Grupo Palmares, composto pelo poeta gaúcho Oliveira Silveira, Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes e outros colaboradores, foi responsável por fixar a data do assassinato de Zumbi dos Palmares para este fim. As celebrações passaram a ser realizadas neste dia em 1978, pelo MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial). Também é importante ressaltar a participação das mulheres como uma base muito sólida no Palmares.

Apesar da formação original do grupo ter presença majoritariamente masculina, com o passar do tempo e a evolução das discussões, as mulheres negras foram se multiplicando e tornando-se expressivas no movimento. Nomes como Nara Helena Medeiros Soares, Marisa Souza da Silva, Vera Daisy Barcelos, Maria da Conceição Lopes Fontoura, Margarida Maria Martiniano Ramos e Irene Santos foram alguns dos que passaram pelo coletivo. Quanto às questões de gênero, Marques (2019) aponta que, após entrevistas com as antigas integrantes, a maioria das respostas direcionava para uma não existência dessas discussões. Marisa Silva, por exemplo, recorda que não haviam debates centrados na questão feminista, pois concentravam-se geralmente na luta racial. Até mesmo porque as mulheres negras já identificavam que suas pautas estavam distantes do feminismo levantado por mulheres brancas. Porém, isso não significa que não reivindicavam, pois, segundo análise, embora fosse um contexto de uma sociedade ainda muito misógina e com pensamentos antiquados, “as mulheres do Grupo Palmares se colocavam em posição de igualdade, e mesmo havendo alguns que se atreviam a ser machistas, elas logo colocavam-no em seu lugar” (2019, p. 46).

¹⁶ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/20-de-novembro/>>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

2.2 INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO

O 'Feminismo Negro' é uma corrente dentro do movimento feminista que busca abordar as interseções entre raça, gênero e classe, reconhecendo as experiências únicas e complexas das mulheres negras. Esta perspectiva é essencial para compreender as diversas formas de opressão que as mulheres negras enfrentam diariamente e para promover uma verdadeira igualdade de gênero.

Nesse contexto, é crucial reconhecer a importância de líderes e ativistas negras que desempenharam papéis fundamentais ao longo da história. Antes de quaisquer estudiosas, temos a figura histórica de Dandara, a guerreira integrante do Quilombo dos Palmares. Além das habilidades na capoeira e arte marcial afro-brasileira – que serviam como ferramenta de resistência e defesa contra os ataques dos bandeirantes – ela liderava os soldados e também atuava na manutenção do quilombo. A tradição oral dá conta de que a guerreira preferiu a morte à ser novamente escravizada. Na esfera política, entre tantas, temos a voz silenciada de Marielle Franco, socióloga negra, favelada, mãe, militante e vereadora no Rio de Janeiro. Tinha como pautas prioritárias o combate à violência policial, sobretudo nas comunidades, e a promoção de direitos humanos (das mulheres, LGBTQIAP+ e dos moradores das favelas). Já no campo dos estudos, por fim, mulheres como Angela Davis e bell hooks – que serão referenciadas neste trabalho – por exemplo, têm contribuído significativamente para a compreensão das interseções entre racismo, sexismo e outras formas de discriminação. Suas vozes são exemplos de outras tantas que ressoam na luta por justiça social e igualdade. Também são elas que gritam no lugar de muitas outras que foram impedidas de falar, outras tantas figuras historicamente apagadas e silenciadas.

Para avançar nesse debate, é preciso também discorrer sobre a interseccionalidade, que busca entender como diferentes formas de discriminação (racismo, sexismo, classismo, homofobia, entre outros) interagem. O termo foi criado pela pesquisadora Kimberlé Crenshaw, em seu artigo de 1989 chamado "Desmarginalizando a Intersecção de Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra da Doutrina Antidiscriminação, Teoria Feminista e Política Antiracista". Ela desenvolveu o conceito para abordar as limitações das políticas e teorias antidiscriminatórias da época, que frequentemente ignoravam ou marginalizavam

as experiências de grupos que sofriam múltiplas formas de opressão. Seu objetivo era ampliar a compreensão de como sistemas de poder e dominação se interligam, afetando as vidas de indivíduos que estão, justamente, na intersecção de várias identidades marginalizadas.

Por definição no dicionário, a intersecção é um conjunto de elementos que pertencem, simultaneamente, a dois ou mais conjuntos. Seguindo essa lógica, as mulheres negras, por sua vez, sofrem preconceito devido à raça e ao gênero. O preconceito é tão implícito e unido que é difícil separar o que é racismo e o que é misoginia – e, conforme o artigo¹⁷ publicado no site *Fundo Brasil de Direitos Humanos*, “o peso histórico do racismo e do machismo formam um sistema discriminatório na sociedade brasileira que faz com que as mulheres negras estejam longe de ser prioridade”.

Essa abordagem analítica objetiva entender como diferentes formas de opressão e discriminação se interligam e se sobrepõem, e “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). A estudiosa cunhou este termo para destacar que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas apenas através das lentes de gênero ou raça separadamente, já que elas enfrentam uma intersecção dessas opressões. É a proposta de um conceito que interpreta os problemas sociais explicando, também, suas dinâmicas, pois eles não são estáticos e interagem entre múltiplos eixos.

O conceito foi desenvolvido para abordar as limitações das políticas e teorias antidiscriminatórias da época, que frequentemente ignoravam ou marginalizavam as experiências de grupos que sofriam múltiplas formas de discriminação. A jurista norte-americana utilizou duas situações que acometem mulheres negras: a discriminação no trabalho e a violência doméstica. Ela discutiu casos legais onde as mulheres negras eram tratadas de maneira diferente, deixando evidente como o sistema legal falhava ao tratar essas formas de discriminação de maneira isolada. Outro exemplo utilizado pela mesma foi a análise de como programas de apoio a vítimas de violência doméstica frequentemente não atendiam adequadamente às necessidades das mulheres negras, pois esses programas não levavam em conta

¹⁷ Disponível em:

<<https://www.fundobrasil.org.br/blog/mulheres-negras-desigualdade-racial-e-de-genero/#:~:text=O%20peso%20hist%C3%B3rico%20do%20racismo,estejam%20longe%20de%20ser%20prioridade>>.

Acesso em: 27 de maio de 2024.

as dinâmicas raciais e culturais que influenciam suas experiências.

Nos últimos anos, pudemos observar um aumento no número de autoras interessadas em fortalecer os estudos acerca da interseccionalidade. Desde nomes mundialmente conhecidos, como bell hooks (1984), Patricia Hill Collins (1990) e Angela Davis (2017). No Brasil, nomes como Sueli Carneiro (1985), Lélia Gonzalez (1988) e Carla Akotirene (2019) também abordam o conceito de alguma forma em suas obras. Isso mostra que a teoria da interseccionalidade transformou a forma como muitas áreas acadêmicas, ativistas e políticas públicas abordam a desigualdade e a justiça social. Ela incentivou uma análise mais holística e inclusiva das estruturas de poder, promovendo a necessidade de políticas e práticas que reconheçam e respondam às complexidades das identidades interseccionais. Conforme delineado por Kimberlé (1989), esse conceito enfatiza a importância de considerar as experiências multidimensionais de indivíduos para formular respostas eficazes e justas à discriminação e à desigualdade.

Tendo exposto sobre a questão da interseccionalidade, conceito indispensável para entender porque se faz essa separação, é possível retornar ao tópico inicial. Uma das principais críticas feitas pelas mulheres racializadas é direcionada ao feminismo branco, que falha ao não reconhecer questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras. Em discurso na *Women's Rights Convention* (Convenção dos Direitos da Mulher) de 1851, em Akron, Ohio, Estados Unidos, a ativista e abolicionista Sojourner Truth indagou: “*Ain't I a woman?*”¹⁸. A crítica evoca questões de gênero e raça, pois, ao ouvir de alguns homens sobre o quanto o sexo feminino era frágil e precisava ter os melhores lugares nos ambientes que frequentava, ela apontou que nunca lhe ofereceram ajuda para “entrar em carruagens ou a passar pelas poças, nem nunca me deram o melhor lugar” (Truth, 1851). A intenção era justamente expor para o feminismo branco as incoerências que consistiam em seus discursos, criticando também a forma como os outros negavam ou não reconheciam a sua feminilidade, por ser uma mulher negra. Nascida em condição de escravizada, em Nova York, no ano de 1797, Truth foi vendida em um leilão, por volta dos nove anos, incluída em um rebanho de ovelhas. Após passar por mais de um senhor e ter a promessa da alforria descumprida, ela decidiu fugir, no final de 1896, para encontrar a própria liberdade.

¹⁸ Em português: “E eu não sou uma mulher?” (Tradução nossa). Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em 22 de julho de 2024

Foi ela a primeira mulher negra a mover um processo contra um homem branco e ainda vencê-lo. A ativista dedicou-se a pregar a abolição, e comprovar como as experiências desse grupo de mulheres são únicas, pois estando sujeitas a formas interconectadas de discriminação, enfrentam desafios que vão além das barreiras de gênero, comprovando a abordagem de Crenshaw (1989).

Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851)

A questão da representação, aliás, é um ponto central nessa corrente. As mulheres negras frequentemente enfrentam estereótipos e marginalização na mídia e na sociedade em geral e, com isso, o movimento busca desafiar essas representações negativas. Além disso, o Feminismo Negro aborda as questões relacionadas à violência contra as mulheres negras, tanto física quanto estrutural. Segundo o levantamento “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”¹⁹, mulheres negras sofrem mais violência e também estão expostas a maiores episódios de agressões. O medo da represália, vergonha e o sentimento de culpa muitas vezes impede essas mulheres de denunciar ou levar adiante o caso da violência que sofrem. O receio de serem julgadas, revitimizadas ou até mesmo mortas silencia e aprisiona neste ciclo. A hipersexualização e os julgamentos negativos são outros fatores que contribuem para a naturalização da violência contra as mesmas. A abordagem diferencial dessa corrente também inclui outros aspectos, como a análise das disparidades no acesso à saúde, educação, emprego e justiça. A luta pela igualdade também envolve o reconhecimento e a desconstrução de estereótipos prejudiciais que perpetuam a marginalização dessas mulheres. Essa corrente não apenas destaca os desafios enfrentados pelas mulheres negras, mas também celebra suas conquistas e contribuições para a sociedade.

Essa vertente se assegura cada vez mais como uma abordagem vital para promover a igualdade de gênero, considerando as complexas intersecções entre raça, gênero e classe. Apesar do cenário de desigualdade de gênero, já demarcado

¹⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-que-branca-s-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em 01 de julho de 2024.

neste trabalho, as mulheres brancas sempre estiveram mais avançadas no sentido dos direitos políticos e civis. E é impossível avançar a agenda feminista sem reconhecer este fator. Na esfera da representação na mídia, conforme destaca Reis “com o objetivo de serem ouvidas, buscaram alternativas próprias” (2018, p. 44), criando jornais e revistas voltados para si mesmas no intuito de amenizar a falta de conteúdo produzido pelos homens. Por isso, ao reconhecer as experiências únicas das mulheres negras, esse movimento busca criar uma sociedade mais justa e equitativa para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou de gênero.

Assim como é posto, também por Djamila, em “Quem Tem Medo do Feminismo Negro?”:

Quantas apresentadoras negras há na TV? Quantas atrizes? Quantas jornalistas? Não precisa ser um grande estudioso das questões raciais no Brasil para perceber o quanto as mulheres negras são invisíveis aos olhos da mídia²⁰ (2018, p. 38).

A indagação da autora reflete a falta da representação de figuras femininas negras nesses espaços de visibilidade. Sobre isso, também é importante frisar que não podemos universalizar as categorias. Referenciando Sueli Carneiro, fundadora do Geledés (Instituto da Mulher Negra) e autora de ‘Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra da América Latina’, Djamila afirma que “ao falar de mulheres, devemos sempre nos perguntar de que mulheres estamos falando. Mulheres não são um bloco único – elas possuem pontos de partida diferentes” (2018, p. 25). Essa perspectiva remete a ideia de que mulheres possuem lutas diferentes e, por isso, nem mesmo o feminismo pode ser universalizado. Por esse motivo, o feminismo negro tem por objetivo de dar conta de lutas e reivindicações distintas.

Mais um exemplo de que suas lutas são distintas é que, ao longo do ano, existe o 8 de março – dia voltado para as comemorações pelo Dia das Mulheres, e em junho, o Dia da Mulher Negra, Latinoamericana e Caribenha. Tal separação não trata exatamente de uma distinção, mas sim de um conflito de pautas muito visível que existe dentro de um mesmo gênero. Isso porque, indiscutivelmente, as mulheres possuem lutas distintas. Enquanto no passado as mulheres brancas reivindicavam por direito ao voto e ao trabalho – luta essa que também é louvável –

²⁰ Texto publicado originalmente no blog da *CartaCapital* em 19 de setembro de 2014.

mulheres negras tiveram que correr atrás do seu direito de sobreviver, da liberdade de seus corpos e ventres. Assim como declara hooks (1995), o sistema colonial operou como um aparelho de desumanização do corpo da mulher negra, já que elas eram submetidas à reprodução sucessiva, gerando assim novos escravizados. Ela explica que as mulheres negras são descaracterizadas, como se fossem somente um objeto.

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (hooks, 1995, p. 469).

Segundo a autora, “mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas só corpo, sem mente” (1995, p. 469). Ainda sobre isso, em “Por Um Feminismo Latino Afro Latino-Americano” (2020), Lélia Gonzalez traz uma análise de um desejo proibido acerca do corpo da mulher negra, marcado, obviamente, pelo lugar do racismo. Entre ensaios, intervenções, entrevistas e diálogos, também há uma longa contribuição para pensar como o racismo fez parte da formação do indivíduo brasileiro. A autora discorre também sobre o que distingue o pensamento feminista negro dos demais. Segundo Lélia, com base no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, “o lugar que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (1984, p. 76). Ela diz que a *neurose cultural brasileira*, efeito direto do racismo, quando articulada com o sexismo, pode produzir efeitos violentos sob a mulher negra em particular.

Ainda de acordo com Lélia, não há espaços de discussão sobre a escravidão e seus impactos sociohistóricos, econômicos e culturais. Pensando especificamente no Brasil, no que é ser negro, é importante entender a forma como se deu a construção dessa identidade. Primeiro, com a vinda dos africanos por meio do movimento diaspórico forçado, e, segundo, do mal-estar histórico que é a escravidão no país. Isso porque, por muito tempo, não se discutiu sobre isso para entender de fato quem eram, de onde vieram os escravizados e qual foi sua contribuição. Ainda hoje, em geral, se fala muito superficialmente sobre a escravidão. Então, por isso, se mantém e reproduz toda essa estrutura patriarcal, que se mantém a partir do que ela chama de *neurose cultural*. Esse termo aparece de forma objetiva na estrutura de poder – como extermínio, encarceramento em

massa e desemprego, por exemplo. A autora também pontua que há um poder socialmente dado ao homem branco, que não é questionado, e isso perpetua essa estrutura de poder imposta há tanto tempo. Como já citado anteriormente, nunca houve segregação formalmente legalizada, mas essa se reafirma nas estruturas.

3 O NEGRO NA MÍDIA

A presença e a contribuição de jornalistas negros desempenha um papel crucial na construção de uma mídia mais inclusiva e diversificada. Outro ponto importante é a representação e pluralidade, já que os jornalistas negros trazem uma perspectiva única para a reportagem, representando a diversidade de experiências e pontos de vista dentro da comunidade negra. Isso é fundamental para evitar estereótipos e oferecer uma imagem mais completa e precisa da sociedade. Contudo, essa necessidade vai na direção contrária daquilo que é exposto na pesquisa intitulada “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” (2021), que mapeou as características dos jornalistas por região no Brasil, revelando que “as redações jornalísticas brasileiras são mais brancas e masculinas do que a população brasileira”. Outras informações dizem respeito a longevidade da carreira, flexibilidade de formatos de trabalho e o cargo. O levantamento também aponta que, ao longo da carreira, pelo menos 57% dos entrevistados identificaram ter sido vítimas de ações discriminatórias e 98% deles relataram que precisaram demonstrar maior dedicação para a consolidar a carreira em relação aos brancos. Também foi constatado que essas ações são direcionadas, principalmente, em relação a “discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial”. Os entrevistados também pontuaram sobre o ambiente de trabalho ser majoritariamente branco, a cultura geral da empresa que privilegia, em sua maioria, os brancos, e a discriminação por conta da aparência. Já o projeto ‘Violência de gênero contra jornalistas’²¹, realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e derivado do monitoramento de ataques gerais à imprensa, expõe que pelo menos 11% das profissionais negras consultadas disseram ter sido vítimas de violência de gênero.

Assim como posto por Fernandes (2016) em “Identidade Negra entre exclusão e liberdade”, a ocupação de espaços pelas pessoas negras desafia a narrativa predominante que historicamente excluiu e estigmatizou as comunidades negras. Eles desempenham um papel ativo na resistência ao racismo estrutural nesses espaços, promovendo a necessidade de uma cobertura mais justa e equitativa. Também corrobora para a amplificação de vozes marginalizadas, visto

²¹ Disponível em: <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>. <Acesso em 29 de julho de 2024.>

que eles estão sempre destacando questões que afetam comunidades historicamente sub-representadas. Isso contribui para um jornalismo mais responsável e voltado para a justiça social.

A complexidade das representações acerca da população negra indica um arcabouço formulado historicamente no sentido de vigiar seu corpo, aprisioná-lo em uma identidade atribuída socialmente, construída por uma rede de significações que nada mais são além de armas inventadas com intuito de preservar hierarquias sociais (Fernandes, 2016, p. 117).

Para além disso, os jornalistas negros muitas vezes têm uma compreensão mais profunda das questões raciais e sociais, permitindo uma cobertura mais sensível desses tópicos. Em “Rostos que representam: o jornalista negro na RBS TV”, Lucas Flores apresenta também como o jornalismo pode servir de base para a discriminação do povo negro aos olhos da população “ao serem aqueles que sempre aparecem nas situações de violência, pobreza e miséria” (Flores, 2022, p. 11). Sendo assim, cria-se o estigma de que o negro é diretamente ligado a estas situações, e por outro lado, são raras as aparições de rostos negros nas histórias felizes abordadas pela mídia. Sendo assim, profissionais negros realizando a cobertura podem trazer à tona histórias que, de outra forma, poderiam ser negligenciadas ou mal interpretadas na mídia convencional.

Por óbvio, também serve como uma fonte de inspiração para aspirantes a profissionais de mídia que se identificam racialmente. Ao verem pessoas que se parecem com elas ocupando posições na mídia, jovens jornalistas negros podem ser incentivados a seguir carreiras semelhantes e contribuir para essa representação mais equitativa. Em síntese, a presença de jornalistas negros é essencial para construir uma mídia mais reflexiva, autêntica e sensível às diversas realidades da sociedade. Mas essa necessidade não é o que se apresenta no cenário brasileiro, conforme Bandeira (2021), quando diz que a imprensa brasileira “refuta a visibilidade de seus profissionais negros e limita as representações minoritárias a uma marginalidade que já não mais condiz com a realidade vivida por essa parcela da população” (2021, pg. 9). Ao diversificar as perspectivas e experiências na reportagem, esses profissionais desempenham um papel crucial na promoção de um espaço mais inclusivo e representativo. A pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações

Afirmativas”²², de 2016, coordenada pelo Grupo Ethos, apontou que 57,5% dos negros integrantes dos seus quadros são aprendizes, porém, ocupam apenas 6,3% dos cargos de gerência e 4,7% do quadro executivo. Quando falamos em mulheres negras, o ambiente de trabalho conta apenas com a participação de 10,6% em todo o quadro funcional, 1,6% da gerência e 0,4% do quadro executivo.

Os números sobre empregabilidade na mídia, contudo, não são positivos: somente 20,1% dos jornalistas nas redações brasileiras de jornal são negros²³. Com os dados nacionais apresentados, é necessário fazer o recorte regional: no Rio Grande do Sul, os jornalistas que trabalham nas redações somam 5%. E a dificuldade se acentua quando se trata de mulheres pretas. Essa separação de gênero se faz necessária porque, na escala do racismo, a mulher negra ainda fica abaixo dos homens. Em uma declaração²⁴ para a CartaCapital, em 2017, a escritora brasileira Conceição Evaristo declarou que “tudo para as mulheres negras chega de uma forma mais tardia, no sentido de alcançar tudo o que nos é de direito. É difícil para nós chegar nesses lugares” (Evaristo, 2017). Naquela situação, ela se referia ao reconhecimento tardio de mulheres negras nos mais diversos campos: sejam elas cantoras, como Dona Ivone Lara, autoras como Maria Firmina dos Reis, entre outras. Essas disparidades colocam as mulheres em dupla desvantagem em questão de promoção e de força de trabalho, pois como já comprovado, elas são as que menos ocupam empregos com possibilidade de crescimento e remuneração, que provavelmente serão atingidos negativamente a curto prazo. Reconhecer e abordar esses problemas, portanto, é essencial para avançar na luta por uma verdadeira igualdade racial e de gênero. É preciso enfrentar esses fatores que, combinados, criam uma realidade onde as mulheres negras enfrentam múltiplas formas de opressão e discriminação, colocando-as em uma posição ainda mais desfavorecida.

Sobre essa questão, em “O Negro na Mídia - A Invisibilidade da Cor”, publicação feita em 2005 pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, o

²² Disponível em: <https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500emp>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

²³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/so-20-dos-jornalistas-sao-negros-nas-redacoes-brasileiras/#:~:text=A%20quantidade%20de%20jornalistas%20negros.e%200%2C2%25%20ind%C3%ADgenas..> <Acesso em: 28 de abril de 2024.>

²⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>>. Acesso em: 16 de maio de 2024

Repórter Fotográfico do Diário Gaúcho e até então integrante da Direção do Sindjor-RS, Luiz Armando Vaz, declara: "eu acho que a imprensa precisa ser discutida, criticada, ela precisa ser responsabilizada" (2005, p. 15) A manifestação reflete como também é importante a imprensa atuar na linha de frente da luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, especialmente por ser um setor de grande visibilidade. Mas tanto nas pesquisas consultadas, quanto nos relatórios fornecidos pelos jornais que são alvo desta pesquisa – dados que serão explorados mais além neste trabalho – não há quaisquer políticas de promoção da diversidade nesse sentido, sobretudo quanto ao público feminino. Aos profissionais de comunicação, sabemos que cabe a responsabilidade de garantir a veracidade das informações e defender o papel da imprensa na sociedade, bem como a oportunidade de usar o seu conhecimento para abordar questões que afligem a sociedade. Por isso, uma imprensa comprometida com a diversidade é um pilar tão importante, aproximando diferentes culturas e realidades. Em um artigo publicado no Observatório da Ética Jornalística²⁵, as pesquisadoras Andressa Kikuti e Janara Nicoletti criticam a invisibilização do negro no discurso da imprensa, "pela baixa diversidade de vozes, pela falta de representatividade nas imagens, as pautas que não debatem criticamente a desigualdade estrutural, na composição das redações". A publicação é de 2019, mas segue atual, visto que o cenário ainda precisa melhorar.

A pauta das questões étnico-raciais, discussão que circula entre alguns associados do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, está no cerne do debate deste livro, isso porque a abordagem e reflexões relacionadas à população afro-brasileira tem sido um importante instrumento de sensibilização para uma parte dos jornalistas no enfrentamento da discriminação racial. Além do repórter fotográfico já mencionado, Luiz Armando Vaz, tendo iniciado sua carreira no Diário de Notícias (em 1979), e passando pelo conhecido Diário Gaúcho, outras figuras participaram de projetos importantes no que diz respeito ao conhecimento da situação das pessoas pretas no Estado. Ele trabalhou na construção do Núcleo Estadual de Negros e Negras do Partido dos Trabalhadores e na criação da revista *Tição*, uma das mais importantes publicações no quesito da promoção da negritude.

²⁵ Disponível em:

<<https://objethos.wordpress.com/2019/11/25/falta-de-diversidade-nas-redacoes-esconde-racismo-estrutural-do-jornalismo-e-dificulta-o-debate-sobre-desigualdade-entre-negros-e-brancos/>>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

Outro aspecto também debatido na publicação 'Negro na Mídia' é a questão da manutenção dos espaços, onde Vaz diz: "Para o nosso povo, conquista é aquilo que a gente conseguiu construir dentro da resistência" (2005, p. 14).

O relato de Vaz dá conta de que houveram tentativas de iniciar, no Diário Gaúcho, projetos que fossem voltados à celebração da cultura preta. Uma dessas iniciativas, a cobertura mais sistemática do Carnaval, foi aprovada, mas com certa dificuldade "e foi extremamente complicado, na época passou pelo Conselho de Mídia Popular que a RBS tinha" (Vaz, 2005, p. 14), conclui. E assim, junto com o também jornalista Renato Dornelles, foi criada a coluna carnavalesca Chora Cavaco²⁶. Em pouco tempo, como ele diz, a própria empresa percebeu o apelo popular do espaço. A coluna, então, passou a ser diária. Mas a crítica que se faz é à resistência da grande mídia em dar chance para esses assuntos, encontrando brechas somente em iniciativas independentes ou em coberturas de nicho. E essa informação soa conflitante, já que a própria empresa²⁷ categoriza o material como "popular", idealizado para ser consumido principalmente para as classes C, D e E, da Grande Porto Alegre. Corroborando com essa afirmativa a fala do advogado e militante Luis Alberto da Silva, painelistas no mesmo evento, quando afirma que a mídia se constituiu no Brasil com o propósito de preservar os interesses de uma elite dominante, uma mídia que "a rigor sempre esteve, na sua estrutura e ideologia, comprometida com a sua natureza" (Silva, 2005, p. 18).

Sobre isso, em "Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado", o pesquisador Tiago Vinícius buscou entender qual é a cor dos donos das concessões de rádio e televisão no Brasil. Ele levanta a crítica de que, em mais de setenta anos da história das transmissões televisivas, apenas um negro até o momento esteve à frente da propriedade da concessão desta mídia, sobretudo em um país onde metade da população é negra. Inaugurada novembro de 2005 pelo cantor e empresário José de Paula Neto (Netinho de Paula), a TV da Gente tinha como proposta ser o primeiro canal produzido por negros e também direcionado para este grupo. A TV, no entanto, teve baixa audiência e não atraiu anunciantes, culminando em problemas financeiros que acarretaram no encerramento das atividades em fevereiro de 2007.

²⁶ Disponível em: <<https://diariogaucho.clicrbs.com.br/tag/chora-cavaco/ultimas-noticias?pagina=5>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

²⁷ Disponível em: <<https://www.gruporbs.com.br/nossas-marcas/4/diario-gaucha>>. Acesso em 14 de julho de 2024.

Segundo o pesquisador, houve certa dificuldade em conseguir informações, até mesmo porque os teóricos relataram a ausência de dados sobre o assunto, situação que reflete um apagamento sobre tudo que se refere a conquistas negras. Os resultados da busca jogaram luz sobre uma realidade que já era de imaginar: a maioria dos donos são homens e brancos. Em “Democracia de Massas: Jornalismo e Cidadania”, Victor Gentili (2005) discorre sobre a predominância de um grupo específico nesses espaços. “Vale lembrar, com destaque, que se há grande desigualdade de direitos civis entre o cidadão comum e o proprietário, tal desigualdade atinge o paroxismo se o proprietário for possuidor de um veículo de comunicação de massa”. (Gentili, 2005, p. 134)

O termo "paroxismo" significa o ponto mais alto ou intenso de algo. Nesse caso, a colocação indica que a posse de um veículo de comunicação pode levar a um agravamento extremo da desigualdade de direitos. O proprietário de um veículo de comunicação de massa detém um poder imenso, especialmente para defender somente os próprios interesses e mantendo o acesso privilegiado à informação, por exemplo, o que torna a disparidade de direitos ainda mais prejudicial e injusta. Um estudo²⁸ desenvolvido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), propôs investigar quem escreve os textos publicados nos grandes jornais do Brasil, sendo eles Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Foi realizada uma análise do perfil de colonistas e autores de textos de opinião das primeiras páginas das publicações, bem como nas demais páginas dos três impressos. Foi constatado que 60% dos autores são homens, sendo eles presentes em uma proporção de mais de três para cada duas mulheres na autoria de textos assinados. A pesquisa também mapeou a questão da desigualdade racial, identificando que esse aspecto varia pouco a cada jornal, e o resultado é que 84% desses contribuintes são brancos. Os dados revelam uma realidade alarmante, mas não surpreendente de desigualdade de raça e gênero na elite do jornalismo brasileiro. Isso significa também que as decisões dentro das redações do país estão sendo realizadas, há muito tempo, somente por pessoas brancas.

Um dos fatores que pode ser decisivo na questão da permanência das camadas menos favorecidas economicamente nesses espaços é o excesso de dispositivos jurídicos, ou seja, a burocracia. Segundo Lopes, “a inexistência de leis

²⁸ Disponível em: <<https://www.generonumero.media/artigos/homens-autores-jornais-brasil/>>. Acesso 16 de julho de 2024.

restritivas aos negros não resultou em uma mídia racialmente mais diversa no Brasil, mas, ao contrário, em um sistema marcado pela ausência de negros como proprietários” (2021, p. 227). A autora, que articulou a relação entre racismo, políticas de comunicação e o reflexo delas na organização dos sistemas midiáticos no Brasil e Estados Unidos, explica que não houveram leis restritivas (escritas) quanto à concessão para minorias sociais, mas esta também não fora incentivada. Essa concentração de poder em poucas mãos se explica por vários motivos, tais quais a falta de políticas afirmativas específicas e de investimento em conteúdo diverso, como citado anteriormente. Isso corrobora com a tese de Vinícius (2017), que constatou a concentração racial na propriedade dos meios de comunicação. Ele chegou à conclusão de que a branquitude dos donos das emissoras ajudou a moldar um discurso discriminatório contra a população negra. Ainda que o art. 220, parágrafo 5, explicita que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Apesar da pesquisa em questão ser direcionada para os meios de radiodifusão (rádio e televisão), essa tendência também se observa em outras mídias.

Algumas iniciativas são importantes na luta por uma mídia mais diversa, vide a cobrança por representatividade (por parte da sociedade civil) e o crescimento da mídia negra. Como exemplo atual desse acontecimento, temos o Alma Preta Jornalismo, que propõe uma cobertura racializada, já que a realidade brasileira é retratada a partir de uma perspectiva racial e periférica. Criado em 2015, o grupo aposta na “pluralidade de vozes negras, com pessoas de diferentes regiões do país e diversas orientações sexuais e gênero”²⁹. O modelo de negócios propõe um trabalho direcionado, dando visibilidade a pautas de causas identitárias, cultura, meio ambiente e outras que dialogam, principalmente, com os desafios da população preta.

3.1 IMPRENSA NEGRA NO RS

Como citado no capítulo anterior, a imprensa negra no Brasil, com 190 anos de existência completados em setembro de 2023, é um instrumento importante. Esse marco é celebrado a partir da publicação do primeiro jornal feito e endereçado para pessoas negras, o “O Homem de Cor”, em 1833, no Rio de Janeiro. Lançado

²⁹ Disponível em: <<https://almapreta.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 22 de junho de 2024.

em 14 de setembro de 1833 como produto da Typographia Fluminense de Brito & Cia., o produto também ficava disponível em pontos de venda ou por assinatura ao preço de 40 réis o exemplar e era editado no anonimato³⁰. A história do quinzenário também é atravessada pela trajetória do jornalista, poeta, tipógrafo e livreiro Francisco de Paula Brito. Quando jovem, se dedicou aos aprendizados de arte gráfica na Tipografia Imperial e Nacional (sucessora da filial 'Impressão Régia', primeira editora instalada no Brasil, então parte do Império Português). Parte de sua carreira foi como compositor, diretor das prensas, redator, tradutor e contista.

Os primeiros pasquins surgiram ainda em um contexto de escravidão e segregação racial, com o objetivo de denunciar as injustiças e lutar por direitos. Criar um periódico voltado para estas motivações foi um ato revolucionário para a época. Assim como denunciava o gaúcho *O Exemplo* em seu texto inaugural³¹, datado de 11 de dezembro de 1892, “devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo que o sujeitem”. O surgimento oficial da imprensa negra é datado a partir do século XIX. Todavia, a população negra do país sempre fez articulações visando a construção de uma comunicação entre seus pares desde, pelo menos, o século XVI, e um exemplo disso são os quilombos. Nos dois séculos seguintes, discutiu-se intensamente sobre as questões que estavam contribuindo para o aumento da desigualdade no Brasil.

Segundo Pinto (2019), o “jornalismo feito pela grande imprensa serve aos interesses do mercado e do seu ínfimo público consumidor” (2019, p. 6), observando ainda as inconsistências no que diz respeito à cobertura de assuntos que esbarram em questões raciais. Como pontua a autora, o jornalismo é como um dos “senhores da memória”, e se por um lado uma representação errônea pode promover representações negativas, o silêncio e negação também, por si só, contam como um tipo de violência. Por isso, no século XX, a imprensa negra seguiu como um importante instrumento de luta contra o racismo. Os jornais e revistas da imprensa negra denunciaram a discriminação racial no pós-abolição, a ditadura militar e a afirmação social da população negra. A imprensa negra continua, atualmente, como uma importante voz na luta contra o racismo. Consumir e divulgar

³⁰ Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-homem-de-cor/>>. Acesso em 22 de julho de 2024.

³¹ Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/jornal-o-exemplo-voz-negra-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 22 de julho de 2024

seus conteúdos é uma forma de apoiá-la, e espera-se que siga crescendo e se consolidando como um importante espaço de expressão. A partir daqui, faremos um paralelo sobre a relevância dessa seção no Rio Grande do Sul.

Segundo Vieira e Zubaran (2006), o jornal *O Exemplo* foi o primeiro registro impresso da história da comunidade negra portoalegrense, sendo este um importante instrumento de valor histórico e cultural para o resgate da memória das populações afro-descendentes no pós-abolição. Neste contexto, em 1892, quando os libertos e seus descendentes eram representados de forma negativa pela imprensa branca e o espaço para a comunidade negra nesses periódicos era nulo, surge o dominical de quatro páginas (2006, p. 148). A historiografia conta que ele circulou até 1930, entre períodos de pausa e relançamentos e mais de uma fase de produção, se consagrando como um periódico de extrema importância. No entender de Xavier (2013), as publicações diziam muito sobre “os objetivos daquele grupo de homens e mulheres negros, que sabiam ler e se propuseram a escrever sobre as adversidades enfrentadas pelo grupo negro naquele período” (2013, p. 31).

Avançando o tempo, a Revista *Tição*, que, tendo sido idealizada por um grupo de jornalistas negros, foi um marco – lançada em 1978, sendo a primeira publicação negra no Brasil depois de mais de 30 anos. Ela não era uma mídia alternativa, e sim nichada, voltada para a agenda de militância e temática negra. Em um momento de ditadura militar, ela se colocava contra situações de discriminação racial, violência policial e também fazia importantes denúncias quanto ao racismo e a falta de mercado de trabalho. Simultaneamente, buscava exaltar a descoberta da negritude, valorização dos saberes afro-brasileiros, estética e cultura negra. Os fundadores Jorge Freitas, Emílio Chagas, Jeanice Ramos, Vera Daisy Barcellos, eram o grupo de jornalistas que se somaram aos outros três fundadores históricos: Oliveira Silveira, Edílson Nabarro e Walter Carneiro. Jones Lopes passa a integrar a equipe a partir da segunda edição. Conforme um artigo publicado no *Correio Braziliense*³², escrito por dois dos fundadores da *Tição*, o periódico trouxe à tona questões específicas e importantes para a população negra no final das décadas de 1970 e 1980.

Os negros nos cursos superiores eram raros, e as políticas afirmativas e cotas, então, inimagináveis — assim como ministério, secretarias ou

³² Disponível em:

<<https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/09/5125755-artigo-revista-ticao-quatro-decadas-de-resistencia-negra.html>>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

políticas públicas para o povo negro. A sua visibilidade restringia-se aos clássicos, permitidos e limitados espaços: futebol, música, carnaval, etc. (Correio Braziliense, 2023)

O nome “Tição”, cujo significado faz referência ao fogo, pode ser encarado como um símbolo de transformação e resistência, incendiando as chamas da consciência racial e cultural. A escolha do título foi influenciada pelo professor Oliveira Silveira. Para além do sentido literal, no figurativo, a palavra remete a um indivíduo de pele escura e é um termo claramente racista. Sendo assim, foi utilizado posteriormente como forma de ressignificar preconceitos. A publicação trazia uma variedade de temas relacionados à cultura afro-brasileira, incluindo literatura, arte, música, história e política. Ela proporcionou um espaço importante para que escritores e artistas negros pudessem compartilhar suas obras e ideias, muitas vezes marginalizadas pela sociedade dominante.

Falando de um aspecto regional, não haviam materiais do tipo voltado para os negros de Porto Alegre. O grupo então se inspirou na *Ebony Magazine*, publicação norte-americana que tinha os mesmos princípios. Toda a construção era coletiva, não havendo autoria de matérias. Além de promover a produção cultural afro-brasileira, a revista também foi uma plataforma para discussões sobre questões raciais e sociais. Ela denunciava abertamente o racismo e a discriminação racial que prevaleciam na sociedade brasileira da época e defendia a igualdade de direitos e oportunidades para a população negra. Assim como é posto pelo Doutor em Educação pela Ulbra, Roberto dos Santos, em artigo³³ publicado no site Geledés, o projeto era “um artefato para a imprensa negra”, uma vez que o periódico foi construído e endereçado para a comunidade negra e suas questões.

Os periódicos falam de uma posição e constroem um tipo de sujeito a ser alcançado pela sua narrativa, porém esta relação não é onipotente, pois o espaço para alcançar este sujeito é mais tortuoso do que se possa imaginar. As duas partes da comunicação: ‘periódico e leitor’, não podem afirmar completamente o que são e quem são, o que implica que, neste processo, sujeitos que não estavam na rota do endereçamento podem ser atingidos e, ao contrário, a narrativa dos periódicos pode não significar para os sujeitos considerados o alvo do projeto (Santos, 2007, p. 43.)

Embora sua existência tenha sido breve, sendo publicada entre 1978 e 1980, o impacto da Tição foi significativo, sendo um grande arquivo histórico. Ela

³³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ticao-imprensa-negra-e-consciencia-em-porto-alegre-nos-anos-de-chumbo/>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

contribuiu para o fortalecimento da identidade e consciência racial da comunidade negra da época e também na construção do movimento negro contemporâneo, além de influenciar gerações posteriores de escritores e ativistas negros. Embora tenha deixado de existir há décadas, seu legado continua vivo. Seus ideais de resistência, empoderamento e justiça social continuam a inspirar comunicadores e ativistas engajados na luta contra o racismo e favoráveis à igualdade racial. Sabe-se que hoje há outro desenho de sociedade, mas a temática da revista continua atual. Embora os direitos estejam mais estabelecidos, ainda sim a realidade não é tão distante daquele cenário, onde era necessário debater questões como antirracismo, desigualdade e exclusão, os negros como alvo de episódios de violência, entre outros aspectos.

3.2. NEGRAS NA IMPRENSA DO RS

O Censo Demográfico 2022, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em novembro de 2023, confirma que as mulheres são maioria nas capitais e em grande parte das grandes cidades do país. No Rio Grande do Sul, estado sede dos jornais que são alvo dessa pesquisa, há 5.627.214 mulheres, o equivalente a 51,71% da população gaúcha. Ainda sobre os dados estaduais, as mulheres autodeclaradas pretas representam 3,34% (363.257) da população, já as pardas somam 7,25% (786.659). Porto Alegre, a capital, é o município mais povoado pelo sexo feminino, com 53,99%. Quanto a questão salarial, uma pesquisa³⁴ divulgada em março de 2024 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) apresenta um cenário trabalhista desigual. De acordo com o material, as mulheres seguem recebendo menos do que os homens, pois o documento mostra uma diferença de 19,4% na média salarial entre os gêneros. As mulheres negras recebem o equivalente a 66,7% da remuneração das mulheres brancas (R\$4.552). Em valores, o salário médio das mulheres negras é de R\$3.040,89, enquanto o dos homens brancos é de R\$5.718,40, uma disparidade de 53,17% considerando o recorte de classe e gênero.

³⁴ Disponível em:

<

A representação de mulheres negras na mídia é uma questão crucial que reflete não apenas a diversidade da sociedade, mas também influencia percepções culturais e sociais. Incluir mulheres negras em uma variedade de gêneros e contextos nas narrativas permite uma representação mais rica e autêntica. Isso significa não apenas apresentar mulheres negras em histórias centradas em questões raciais, mas também em papéis que abordem suas identidades de maneira integral. Somado a isso, está a importância da visibilidade em funções diversas e complexas. Isso porque, conforme Sanchotene, Pedrozo e Zucolo (2018), mulheres negras que conquistam cargos importantes no mercado de trabalho precisam de alguma forma seguir comprovando suas competências. Mas em serviços domésticos, por exemplo, o cenário é diferente, pois segundo as autoras “para cargos que não representam prestígio, elas têm livre acesso, ocupando posições menos qualificadas e recebendo os salários mais baixos” (Sanchotene; Pedrozo; Zucolo, 2018, p. 423). Portanto, ao mostrar mulheres negras como líderes, profissionais bem-sucedidas, intelectuais e modelos a serem seguidos, a mídia contribui para quebrar estereótipos e construir uma representação mais autêntica – e também positiva. Porém, 85% das jornalistas negras entrevistadas na pesquisa Perfil Racial (2021) disseram que situações de racismo e machismo estão presentes em suas experiências profissionais.

Ainda nessa linha, Bandeira (2021) traz contribuições sobre a situação do negro no jornalismo gaúcho. Sua investigação foi delineada através de uma espécie de questionário para as emissoras de TV de Porto Alegre a respeito do número total de apresentadores e repórteres. A pesquisa expõe um cenário de subrepresentação no meio: na soma de todos os veículos, dentre os 134 profissionais que atuam no vídeo, apenas oito deles negros (sendo cinco homens e três mulheres). Sem surpresas, o mesmo constatou que “na comunicação gaúcha, a escassez de rostos negros é evidente” (Bandeira, 2021, p. 9), já que os profissionais negros nesses locais representam somente 5,97% do número total.

Ao longo do texto, ele indaga: “se o brasileiro julga aquilo que vê, para quebrar a maneira que negros são vistos e construídos pela mídia, é preciso questionar quem está em posse da caneta e do microfone” (Bandeira, 2021. p. 41). A mídia, por sua vez, desempenha um papel fundamental na amplificação dessas vozes. Destacar suas histórias, conquistas e desafios contribui para uma compreensão mais completa da diversidade de experiências dentro da comunidade

negra, além de desafiar narrativas hegemônicas. A forma como as mulheres negras são retratadas na mídia pode influenciar a maneira como são percebidas na sociedade em geral. Não há dúvidas de que a mídia – aqui, me refiro a televisão, jornais, rádios e canais digitais de informação – contribui para a construção da identidade nacional. Segundo Reginato (2016) a partir da análise de conteúdo de três jornais brasileiros de referência³⁵, “a pluralidade é um valor central e definidor do jornalismo, e a informação deve formar cidadãos mais esclarecidos sobre a diversidade do mundo” (p. 205), sendo “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade” (p. 205) uma das finalidades do jornalismo. Podemos observar que os produtos jornalísticos tem uma série de programações que são características da sociedade. Por isso é importante verificar se os produtos produzidos nesses locais estão espelhando uma realidade próxima da sociedade que conhecemos.

Além disso, a ausência de diversidade interfere no desenvolvimento das próprias pautas. A própria Rede Globo, que figura como a principal emissora de TV no país e maior conglomerado de mídia, levou cinco décadas para inserir uma apresentadora preta em um dos programas mais importantes da sua grade. Em 2019, a jornalista Maju Coutinho foi a primeira mulher negra a assumir a bancada do Jornal Nacional. Já em 2021, Maju entrou para o Fantástico, ocupando um lugar que anteriormente fora ocupado somente por Glória Maria. No artigo *‘Mulheres negras no telejornalismo brasileiro: visibilidade em meio ao preconceito de raça e gênero’*, a pesquisadora Jesilene Coelho (2022) diz que “questões como capacidade intelectual, comprometimento e profissionalismo são muitas vezes desassociadas dessas mulheres” (2022, p. 11). Se tratando de televisão, meio que tem como principal carro-chefe a imagem, as estratégias de branqueamento ainda são muito presentes. A questão estética, como aparência e o cabelo, ainda é predominante e, muitas vezes, supera a qualificação dessas mulheres. Isso mostra como os estereótipos empregados ao padrão de beleza são atribuídos principalmente aos indivíduos brancos. Por isso é importante discutir a questão da presença negra nesses espaços. Uma representação equitativa contribui para quebrar estigmas, reduzir preconceitos e promover uma compreensão mais profunda das experiências

³⁵ Os veículos selecionados foram Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, cujo discurso foi mapeado em 38 documentos institucionais (princípios editoriais, manuais de redação, códigos de ética, editoriais).

únicas.

Sob a mídia existe a responsabilidade de garantir que haja inclusão e equidade em todos os níveis, desde a criação de conteúdo até a tomada de decisões. E isso também envolve a promoção de profissionais negras em posições de liderança – ponto central da discussão deste trabalho. Porém, para cerca de 93% das pessoas negras entrevistadas para um estudo do LinkedIn³⁶, há barreiras no mercado de trabalho que as impedem de ascender profissionalmente, sobretudo para cargos de liderança. Para estes, alguns dos principais desafios para alcançar o topo da hierarquia corporativa são o racismo estrutural (49%) e uma cultura organizacional predominantemente branca (37%). Cerca de 42% dos profissionais também destacaram que os ambientes de trabalho não valorizam a diversidade tampouco promovem inclusão. O estudo foi realizado a partir de 1.117 entrevistas, concretizando uma necessidade urgente, que é implantar ações concretas. A liderança negra, conquistada por meio de muito trabalho e sempre delineada por diversas provações de que se é capaz, não pode seguir sendo solitária. É comum ouvirmos de pessoas negras que elas são as únicas nos lugares que ocupam, e nesses casos as situações de discriminação e invalidação do trabalho, principalmente, se apresentam de forma sutil, quase incombátível.

Sendo assim, incentivar essa diversidade de gênero, para além de uma obrigação, também pode ser uma poderosa ferramenta de mudança social. A indústria da mídia desempenha um papel significativo na formação de percepções culturais e sociais, e ao abraçar a diversidade, ela contribui para uma narrativa mais inclusiva e reflexiva da sociedade como um todo. Até mesmo porque, conforme assinalam Judith Brito e Ricardo Pedreira na publicação “A Força dos Jornais”, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2009, a partir de sua distribuição física “os jornais passaram a ser um imenso fórum de discussão de ideias, disseminação de informações e formação de opinião” (Brito; Pedreira, 2009, p. 25). Desde sua popularização, passaram a ser muito importantes em diversos aspectos, como na vida política de seus países e na construção da cidadania. Por isso, ao desafiar normas prejudiciais, promover representações positivas e oferecer plataformas para discutir questões relacionadas à raça e gênero, a mídia pode desempenhar um

³⁶ Disponível em: <https://members.linkedin.com/content/dam/me/members/pt-br/pdf/linkedin-carreirascomfuturo-pesquisa-segundafase.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

papel fundamental na promoção da igualdade. Em suma, garantir uma representação justa e autêntica de mulheres negras na mídia não é apenas uma questão de diversidade, mas também de justiça social. É preciso lembrar das diversas profissionais brasileiras que fizeram ou fazem história no exercício da profissão, e que precisam ser conhecidas e acompanhadas.

3.3 VERA DAISY, A NEGRA ÚNICA

A gaúcha Vera Daisy Barcellos, negra nascida em 7 de outubro de 1948, pioneira no jornalismo esportivo gaúcho, quebrou paradigmas ao transformar a cobertura esportiva na década de 70. Era a segunda dos cinco filhos de Eva Barcellos, doméstica, doceira, lavadeira e mãe solo. A mãe trabalhava na casa do General Floriano Oliveira Faria, ex-comandante do atual Colégio Militar de Porto Alegre. Na época, pensando em oferecer um futuro melhor para os filhos, decidiu deixar o trabalho como empregada doméstica e passou a integrar a cozinha de um restaurante no centro da Capital gaúcha. Ela deixou a filha sob os cuidados dos Oliveira Faria, que passaram a ser os pais adotivos de Vera.

Vera recorda da infância com muito carinho, mas lembra das tarefas que cumpria no lar do casal. Afirma também que nunca fora obrigada, não era uma imposição, mas naquele momento era a filha que os pais adotivos não tiveram, a única menina entre os cinco filhos homens da casa. Sabe, também, que assim que crescesse, seu destino seria tomar o lugar da mãe nos afazeres domésticos daquela casa, como era comum na época. Não fosse sua sede por conhecimento e incentivo, não teria avançado os estudos pois, para os pais adotivos, “sabia ler e escrever, então estava suficiente”. Vera relata que foi alfabetizada com oito anos por incentivo do irmão adotivo, Adyr Canello Faria, e a partir disso descobriu o mundo literário. Concluiu a primeira parte do ensino básico, e ingressou no que hoje equivale ao nível médio, no Colégio Pio XII, escola à época dirigida pela educadora Zilah Totta – que posteriormente seria Secretária de Educação e Cultura do Estado, sendo esta a primeira representante feminina a assumir a pasta. Um destaque para esse interesse foi a biblioteca que tinha em casa, e, por ser uma criança mais sozinha e discreta, se viu por muito tempo somente na companhia das páginas dos livros, se aproximou da escrita. Quando aprendeu a ler e escrever, a jovem passou a dividir as obrigações domésticas com a leitura às escondidas, na biblioteca

particular do General Floriano. Assim nasceu também o seu amor pelo jornalismo, escolha que encontrou certa resistência pois, segundo os chefes da casa, “aquela era uma profissão de homem”. Mas essa oposição foi se dissipando conforme ela foi ficando mais velha.

O percurso no jornalismo começou em 1968, um ano após a efervescência causada pela legitimação do regime militar no Brasil, quando Vera ingressou no curso de graduação na Ufrgs. Jovem, negra, estudante e sensível às pautas sociais, os anos iniciais do curso foram marcados pelas ações dos agentes do Dops. A estudante ingressou na turma que ficou conhecida como a última de “Os filhos da Filô”. Foi nesse momento que ela acompanhou as mudanças dentro da universidade na qual estudava, pois no início suas aulas ainda eram no Câmpus Centro, junto com o curso de Filosofia. A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) foi criada em 1970, e a partir daí, o curso de Jornalismo passou a ocupar o edifício que até aquele momento abrigava a Gráfica e Almocharifado da Ufrgs. Foi durante o curso, também, que conheceu o ativista negro Oliveira Silveira, que viria a convidá-la para integrar o Movimento Palmares.

Em uma publicação feita pelo portal Extraclasse, Vera declarou que “a solidão de não encontrar nesses espaços pares iguais demanda um super esforço psíquico de comprovação de saberes e competência”³⁷ (2021). A indagação vai ao encontro com o pensamento de Collins (1990), que explicitou o descontentamento quanto a ideia do “negro único”. A socióloga explica que suas experiências quando colocada como “uma das únicas” ou “a primeira” no ambiente acadêmico renderam um aprendizado amargo. Ela percebeu que o lugar pode funcionar muito mais como uma manobra de controle dos demais, já que, ao escolher alguns representantes, a estratégia contribui para perpetuar o silenciamento dos outros integrantes do grupo – que também possuem conhecimento. Formada em 1971, sendo a única mulher negra da turma, Vera conquistou um importante instrumento para quebrar barreiras e seguir produzindo conhecimento. Em entrevista para o podcast *Blogueiras Negras*³⁸, ela diz que “depois disso, ninguém mais me segurou. Eu estava liberta” (2020). Apesar de não ser necessariamente esse o contexto, a frase remete a

³⁷ Disponível em:

<<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/08/e-preciso-enegrecer-os-espacos-da-comunicacao/>>. Acesso em 28 de abril de 2024.

³⁸ Disponível em: <<https://blogueirasnegras.org/vera-daisy-barcellos/>>. Acesso em 20 de julho de 2024.

liberdade frente às amarras na qual os negros foram submetidos por muito tempo, que estão marcadas na história do país e do mundo até hoje.

Sua trajetória de vida é marcada por diferentes atividades profissionais, tanto trabalhando para veículos de comunicação, como em assessorias de imprensa, instituições da sociedade civil e divulgações sociais e culturais. Iniciou sua carreira no JC em 1971, e após, teve passagem pela área de comunicação da Legião Brasileira de Assistência (de 1975 a 1997) e fez parte da equipe de jornalistas do Jornal Hoje, da RBS. Como já citado, Vera também é pioneira como mulher e negra, sendo a primeira a realizar cobertura de esportes em 1978 no jornal Zero Hora, um dos principais veículos de comunicação do Sul do país. Durante 16 anos, de 1976 a 1992, ela esteve à frente de coberturas esportivas e carnavalescas. Como repórter e editora do jornal A Voz da Serra, de Erechim, no período de 1999 a 2005, se permitiu a experiência em um jornal do interior gaúcho. Mas nem mesmo a atuação no norte do Estado a fez deixar sua amada Porto Alegre, pois, conforme conta na entrevista que realizei em 17 de abril de 2024, todo esse tempo foi ministrado “entre idas e vindas”. Foi esse período que lhe rendeu a menção honrosa do Prêmio de Jornalismo da Associação Riograndense de Imprensa - ARI com o caderno especial Erechim Mulher.

Hoje com 50 anos de atuação no campo da comunicação, encara o jornalismo como um ato político, aquele que vai para as trincheiras reclamar de tudo que é injusto. Ao longo de sua carreira, tornou-se uma figura influente tanto no jornalismo quanto no movimento negro. Sua trajetória profissional perpassa um período em que a presença de jornalistas negros nas redações brasileiras era rara. Ela trabalhou em veículos de comunicação da Capital e do interior do Rio Grande do Sul, sempre buscando abrir espaço para a diversidade e dar voz às questões relacionadas à população negra. Nos anos 70, atuou junto ao grupo de jovens negros e jornalistas da revista *Tição*, como editora-responsável. Era uma jovem negra à frente de uma iniciativa empresarial, somado ao desafio de ter que se apresentar ao órgão censor da época, com a responsabilidade de apresentar os materiais produzidos. Inspirados pela revista norte-americana *Ebony*, o grupo composto por jornalistas, publicitários, poetas, professores e estudantes buscava pela representatividade da sua cultura nas páginas de revistas e jornais.

A entrada no Grupo Palmares, coletivo responsável por instituir o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, também torna as discussões

raciais algo mais presente em sua vida. Para Vera, “o bastão já está passado”, e é importante que os jovens negros se mobilizem por essa pauta. Ela acredita apenas que, na época que era jovem e militante no grupo, a discussão deveria ter ultrapassado as barreiras da universidade. Ao longo de sua atuação profissional, ela enfrentou e denunciou o racismo estrutural presente na sociedade em geral, sobretudo no jornalismo. Ela se destacou não apenas por sua competência jornalística, mas também por seu compromisso com a promoção dos direitos humanos e a luta pela igualdade racial. Como a primeira mulher negra que assumiu a presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SINDJORS), em 76 anos de história, no triênio de 2019 a 2022, ela foi uma das pessoas a defenderem uma agenda de pautas voltadas à negritude, além dos direitos trabalhistas dos jornalistas gaúchos. Também pontua que o sindicato “foi pioneiro na discussão da questão da negritude dentro do jornalismo”.

Além de sua atuação no jornalismo, Vera Daisy é uma ativista de longa e permanente participação no movimento negro. Ela está presente em diversas organizações e iniciativas voltadas para a promoção da cultura afro-brasileira e a defesa dos direitos da população negra. Entre algumas de suas contribuições mais notáveis está a participação na organização do Fórum de Mulheres Negras e na ONG Maria Mulher, entidade que é pioneira na defesa dos direitos das mulheres pretas do Rio Grande do Sul, buscando emponderá-las e combater a discriminação racial e de gênero.

Outra atividade na qual muito se orgulha é o envolvimento com o Puro Asthral, grupo de samba porto-alegrense que tem como proposta fortalecer a cena artística de rua e materializar uma resistência para a cultura afro-brasileira. A ideia surgiu após um festival de pagode em 2010, por ideia do professor e vocalista Juliano Barcellos, filho da jornalista, que montou um time de músicos para se apresentarem. Hoje, semanalmente, às terças-feiras, a atração integra a programação da Terça do Samba na Escadaria da Borges. Essa paixão é de família e atravessa gerações. O irmão mais velho de Vera, Carlos Alberto Barcellos, já falecido, foi uma figura importante na cena carnavalesca do Rio Grande do Sul. O “Roxo”, como era mais conhecido, também foi músico, radialista e jornalista especializado em Carnaval, trabalhou em rádios e também na Zero Hora. Sua influência nessa manifestação artística foi tanta que se tornou uma homenagem,

pois hoje a pista de desfiles do Porto Seco, o Sambódromo de Porto Alegre, leva seu nome.

“Minha vida é marcada por ser sempre a primeira”, disse ela quando a entrevistei³⁹. Destaca que foi a única da família a concluir o ensino superior, e afirma sobre o quão revolucionário pode ser o estudo, visto que foi ele que a proporcionou ter bagagem de vida e conhecer o mundo. Segundo ela, ainda mais estando sempre neste lugar como a “negra única”, as oportunidades que chegaram foram abraçadas com muita coragem, pois “mais do que ter audácia, é a ousadia de aceitar os convites e ir aprendendo também”. Ao longo das décadas, já foram vários prêmios e reconhecimentos por seu trabalho e sua contribuição à sociedade. Seu compromisso com a verdade, a justiça e a igualdade tem sido amplamente reconhecido por colegas de profissão, ativistas e a comunidade em geral. Ela continua sendo uma inspiração para muitos jovens jornalistas e ativistas que buscam seguir seus passos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária

Segundo ela, ao lembrar do seu início de carreira, “para uma jovem negra o jornalismo ofereceu muita coisa”. Quando ainda era uma estrepante na profissão, define que sempre foi movida pela curiosidade e que nunca sonhou com cargos de chefia. Seu legado é marcado por sua coragem, determinação e dedicação à causa negra e feminina. Sua trajetória profissional e pessoal, seja nas redações ou na carreira pública, possibilitou “visão ampla de mundo”, serve como um exemplo poderoso de como a luta por justiça e igualdade pode ser conduzida através da palavra e do ativismo. Ela continua a influenciar e inspirar novas gerações, demonstrando que o jornalismo pode ser uma ferramenta vital para a transformação social.

Vera Daisy Barcellos foi e é mais do que uma jornalista. Ela é uma voz fundamental na luta contra o racismo e defensora incansável não apenas do direito de seus pares, mas da comunidade em geral. Já são, pelo menos, cinquenta anos de dedicação à comunicação, a partir de sua formação, e 76 anos de vida dedicados a construir rotas de fuga para as máximas do que as mulheres negras ‘poderiam’ ou ‘deveriam’ ser e fazer. Ouvi-la falar sobre todas suas ousadias é mais do que enriquecedor.

³⁹ Entrevista realizada presencialmente no dia 17 de abril de 2024

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 ESTUDO DE CASO COMO MÉTODO

Aqui, serão abordados os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevendo, também, os procedimentos necessários e úteis para descobrir porque se as pessoas negras estão em maioria populacional no Brasil, as mulheres negras ainda figuram como minoria no jornalismo gaúcho. O método escolhido, o estudo de caso, é considerado uma das estratégias da pesquisa qualitativa. Este método por vezes é visto com desconfiança, mas é ele quem permite “mergulhar no outro”, conforme Orsolini e Oliveira (2010). Para sua aplicabilidade, portanto, o objeto precisa ser muito bem definido. Este formato contribui para assimilar as problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais e organizações. A presente pesquisa se enquadra neste método porque aprofunda a compreensão de um fenômeno específico pouco investigado, levando a identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores.

A metodologia que conduz esta investigação oferece várias vantagens e limitações. Mas segundo Yin (2005), para melhor aplicação da pesquisa, deve-se levar em consideração: “a) o tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos” (p. 19). Há possibilidade de utilizar múltiplas formas de evidência, novas descobertas que podem contribuir para o mundo acadêmico e relacionar a teoria com a prática, ou seja, a vida cotidiana. Porém, tem como desvantagem o acesso limitado aos dados, dificuldade que também se encontrou durante o desenvolvimento desta pesquisa ao tentar descobrir quantas jornalistas negras haviam nos locais que são alvo da mesma.

Esse estudo tem por finalidade realizar uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que utiliza conhecimento da pesquisa básica para resolver problemas. Como objetivos específicos, etapa que ajuda a alcançar o objetivo geral, pretendo descobrir: 1) quantas são as mulheres negras no Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora, 2) quais são os cargos ocupados por elas, quantificando quantas dessas mulheres ocupam cargos de liderança e 3) como esses veículos concebem a questão da diversidade racial e feminina.

Para alcançar tal objetivo proposto e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa. Segundo os estudos construídos por Oliveira et al. (2020), esta abordagem é empregada quando o pesquisador pretende identificar, analisar e interpretar percepções e entendimentos diversos sobre questões relevantes, possibilitando a solução das perguntas “como” e “por que”.

A metodologia também sugere que uma alternativa possível para esse propósito, é utilizar a entrevista como coleta de dados. Especificamente no caso deste trabalho, a entrevista foi uma ferramenta para construir a trajetória de uma mulher negra que se tornou como a primeira no jornalismo gaúcho, e, a partir disso, remontar o cenário jornalístico de 50 anos atrás, para fins de compará-lo com o atual. Além disso, a personagem escolhida como entrevistada faz parte de momentos importantes da história gaúcha, como o surgimento da Revista *Tição*, um dos exemplares da imprensa negra. A entrevista em questão foi realizada pessoalmente, em abril de 2024.

Com o intuito de conhecer a problemática sobre a área de estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória visa “proporcionar maior familiaridade com o problema”, explicitando-o (2007, p. 41) e, na maioria das vezes, assume a condição de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso, como ocorre neste trabalho. Ela permite a consideração de variados aspectos, e envolve levantamento bibliográfico ou em variadas fontes, como entrevistas e análises de elementos diversos (do conteúdo, do discurso, de exemplos). As fontes bibliográficas que vão embasar esta tese são livros científicos escritos por teóricas negras e publicações periódicas – neste caso, de jornais *online*.

4.2. IMPRENSA NO RS

4.2.1 CORREIO DO POVO

Em 1º de outubro de 1895 surgia o *Correio do Povo*, fundado pelo jornalista sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior (1868-1913), radicado no Rio Grande do Sul. Ao lado dos amigos José Paulino Azurenha (que viria a publicar sob o pseudônimo de Léo Pardo) e Mario Totta, trabalhou na construção de um jornal ‘sem partidarismos’, objetivo desafiador para a época. Isso porque havia jornais pró-maragatos e pró-pica-paus, apoiadores dos principais partidos políticos gaúchos

ao final do século XIX. “Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma facção”, afirmou Caldas Júnior no primeiro editorial do impresso. O noticiário ainda foi um marco divisor do jornalismo gaúcho, assumindo um caráter empresarial e iniciando uma nova fase na imprensa local (Leite, 2015)⁴⁰. Foi só em 1943 que a sede do jornal passou a ocupar o Edifício Hudson, que até hoje abriga também a Rádio Guaíba, na divisa com a Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre. O prédio faz parte da esquina da comunicação: vai da rua Sete de Setembro até a Rua da Praia, onde dá de frente com o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. O tabloide circulou durante 89 anos de forma ininterrupta, entre 1895 e 1984, e reiniciou sua publicação em agosto de 1986. Sua história digital começa em 1997, quando o Correio entrou na *internet* sob o domínio ‘CP.Net’, replicando o conteúdo do impresso para os assinantes do mesmo. O site foi reformulado em 2020, em comemoração aos seus 125 anos⁴¹. Em março de 2007⁴², a Empresa Jornalística Caldas Júnior vendeu o Correio do Povo (incluindo o Edifício Hudson, onde funciona a redação do jornal), para a Rede Record. O periódico passou então a fazer parte do grupo administrado pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e também dono da emissora de TV. Em mais de cem anos de existência, Mário Quintana foi um dos nomes que passaram por lá.

4.2.2 JORNAL DO COMÉRCIO

Diferente de seus pares em circulação, o Jornal do Comércio surgiu com proposta de um tabloide segmentado, focando em assuntos como economia e negócios. Fundado em maio de 1933 por Jenor Cardoso Jarros e Zaida Jayme Jarros, ele circulou por um tempo sob o nome de ‘Consultor do Comércio’, com o intuito de divulgar informações comerciais. Na época, o periódico tinha como missão informar aos atacadistas sobre a entrada de produtos na Capital e a movimentação

⁴⁰ Disponível em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed839_tradicao_e_historia/>.

Acesso em: 16 de junho de 2024>

⁴¹ Disponível em:

<<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/site-do-correio-do-povo-%C3%A9-renova-do-no-anivers%C3%A1rio-de-125-anos-do-jornal-1.490227>>. Acesso em 21 de julho de 2024.

⁴² Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>> . Acesso em 19 de julho de 2024.

no porto⁴³. E a ideia de um periódico segmentado foi uma boa aposta, pois quando o empreendimento surgiu, o mundo ainda sentia os efeitos e consequências de uma crise internacional, causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, cerca de quatro anos antes dessa estreia. Sua sede inicial foi na rua General Câmara, no centro de Porto Alegre. Dessa forma, um pequeno grupo, composto pelos dois fundadores e um amigo do casal, Ismael Varela, controlava todas as operações para tornar possível a circulação do boletim. Aos poucos a ideia embrionária de ter um próprio negócio foi conquistando espaço na cena jornalística e, conseqüentemente, mais assinantes. Em abril de 1953, como parte de um processo de modernização, o jornal deixou de ser um boletim, assumindo uma veiculação trissemanal e ocupando duas salas no primeiro andar do edifício Palácio do Comércio, inaugurado por Getúlio Vargas, em 1940. Após 23 anos de existência, em outubro de 1956, seu nome passa a ser Jornal do Comércio. Já em 1º de setembro de 1960, passou a ter publicação diária, somando-se aos demais, e passando a ser o sétimo diário porto-alegrense. Em 1968, o JC passa a ter sede definitiva na Avenida João Pessoa, onde está até os dias atuais. Com a morte prematura do marido, em 1969, Zaida Jarros passou a ter dedicação exclusiva ao jornal, como dirigente – marco de uma presença feminina em um ambiente ainda muito masculinizado. Assim como os outros, a evolução editorial do JC ao longo das décadas foi acompanhada pela modernização de sua impressão. O jornal abraçou a modernidade quando, em 2009, lançou seu site, replicando as notícias quase em tempo real. Esse investimento na versão *online* integrou as celebrações de 90 anos do veículo. Mesmo com o passar do tempo, nunca deixou de valorizar o impresso, somando ainda cadernos sobre gestão, empreendedorismo, contabilidade, meio jurídico, logística, cultura e publicidade legal, entre outros assuntos. Diferente de seus pares, é o único que não está vinculado a outro grupo empresarial de comunicação. Em 2010, se uniu em parceria com a Revista Veja⁴⁴, onde os leitores poderiam fazer uma assinatura combinada. A iniciativa fazia parte de uma estratégia para agregar mais vantagens aos seus assinantes.

⁴³ Disponível em:

<<https://www.jornaldocomercio.com/especiais/jc-90-anos/2023/05/1107612-do-sonho-de-jenor-jarros-nasce-um-novo-jornal.html>>. Acesso em 21 de julho de 2024.

⁴⁴ Disponível em:

<<https://www.jornaldocomercio.com/economia/2010/07/917400-varejo-economizara-rs-12-bi-com-integracao-em-cartao.html>>. Acesso em 21 de julho de 2024.

4.2.3 ZERO HORA

Em 1955, o então jovem jornalista Ary de Carvalho⁴⁵ estreou em um veículo maior quando teve sua reportagem assinada no “Última Hora”, dirigido por Samuel Wainer e considerado de grande porte na época. Depois de ser contratado pelo jornal carioca, em pouco tempo Carvalho passou a chefe de reportagem, secretário de Redação e depois a diretor. Em 1961, recebeu uma proposta de Wainer para dirigir a seção do jornal no Paraná. Depois de aumentar a vendagem de exemplares do jornal paranaense, o empresário e jornalista passou a dirigir o “Última Hora” no Rio Grande do Sul. Em 1964, primeiro ano de regime militar no Brasil, o jornal foi proibido de circular no estado gaúcho. Em maio daquele ano, propôs a Wainer, que já estava exilado, a compra da seção gaúcha. Após negociações de reabertura, Carvalho conseguiu a autorização, sob condição de mudar o nome da publicação. Assim nasceu o tradicional jornal Zero Hora. Em 1970, a gestão da ZH foi transferida para a Rede Brasil Sul de Comunicações, conhecida como Grupo RBS. O conglomerado também tem como subsidiárias emissoras de televisão vinculadas à Rede Globo, além das rádios. Este veio a ser administrado pela família Sirotsky quando, em 1970, Carvalho passou por uma crise financeira. Avançando algumas décadas, foi um dos pioneiros a oferecer conteúdo via *web* no país. Os conteúdos jornalísticos passaram a ser distribuídos no meio eletrônico em 1995, “de uma forma quase experimental”, segundo a própria empresa⁴⁶. Já a Gaúcha ZH, projeto lançado em 2017, é uma plataforma unificada de jornalismo que hoje une a Rádio Gaúcha e a Zero Hora. A mudança é fruto da grande transformação tecnológica, que levou grandes empresas de comunicação a adaptarem seus conteúdos para as plataformas digitais. A inauguração da chamada ‘redação integrada’ foi em 2018.

4.3 CENÁRIO (UNIVERSO DE PROFISSIONAIS)

O jornalismo como instituição está presente no Brasil há pelo menos 200 anos, mas somente em 2024, as empresas estão sendo obrigadas a fornecerem dados públicos sobre seu quadro de funcionários e informações salariais. Isso

⁴⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0507200320.htm>>. Acesso em 21 de julho de 2024.

⁴⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2015/06/zero-hora-completa-20-anos-na-internet-4776276.html>>. Acesso em 21 de julho de 2024>

porque em 3 de julho de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.611⁴⁷, onde empresas com 100 funcionários ou mais são obrigadas a fornecer informações que serão utilizadas para garantir paridade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. A lei é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério das Mulheres, e exige que as empresas (privadas) adotem medidas para garantir a igualdade no ambiente. A RAIS 2022 (Relação Anual de Informações Sociais) apresenta, ainda, quantitativos de estabelecimentos e vínculos, remuneração média e salário contratual mediano, bem como as razões da remuneração e do salário entre os gêneros. A análise apresentada neste capítulo, portanto, parte de duas fontes de informação: dois relatórios oficiais com base nessa exigência do Governo Federal, e outro dado que obtido foi por meio de observação. É importante ressaltar, ainda, que os percentuais de colaboradores por raça são medidos por autodeclaração, ato que não é obrigatório.

Os números obtidos por meio do Relatório de Transparência e Igualdade Salarial e Critérios Discriminatórios, viabilizado pelo Ministério do Trabalho em março de 2024, revelam que o salário mediano das mulheres no Correio do Povo equivale a 139,7% do recebido pelos homens, já o salário médio equivale a 96,2%. Sobre as contratações, 7,5% das mulheres contratadas são negras. Ou seja, em um universo de 36,4% de mulheres contratadas, o quadro é composto, em sua maioria, por mulheres não negras (28,9%). De acordo com informações obtidas por meio de contato com o setor de Recursos Humanos da empresa, a filial da Caldas Júnior conta com 69 jornalistas formados, entre homens e mulheres. Já em um relatório interno, a Relação de Funcionários por Raça/Cor, também solicitada para o RH, há 25 jornalistas mulheres. Assim, apenas uma das funcionárias do sexo feminino está no grupo de pessoas PPI (Preto, Pardo ou Indígena), autodeclarada como preta.

Se tratando do Jornal do Comércio, não foi localizado nenhum relatório oficial na página da empresa, tampouco nos sites de consulta do Governo Federal. Quando questionado, o Ministério do Trabalho respondeu que na página do MTE é possível ter acesso ao Relatório de Transparência Salarial, havendo também a opção de pesquisa por estabelecimento (usando o CNPJ), porém há alguns critérios para geração deste relatório que nem toda empresa atende. Como a pesquisa não

⁴⁷ Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/sancionada-lei-de-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

gerou resultados, foi necessário recorrer à análise por observação. Em um primeiro momento, quando contatado, a direção do jornal informou que não havia nenhuma mulher negra formada atuando – já homens negros, sim. Avançado o tempo, em um segundo contato via e-mail⁴⁸, constatou-se que a redação havia voltado a contar com uma jornalista negra. Após diversas pesquisas em plataformas profissionais e redes sociais, foi comprovada a presença da profissional em questão. É uma jornalista formada há seis anos, com ampla experiência em assessoria e cobertura de eventos, tendo passagem por diversas empresas e veículos. A mesma sinalizou que a filial do diário conta com 52 jornalistas no total. Restringindo a conta apenas para mulheres, entre editoras, editoras-assistentes, colunistas, repórteres, fotógrafas e redes sociais, são 19 profissionais. Contudo, neste momento, o Jornal do Comércio conta com apenas uma jornalista negra.

Outro relatório, desta vez da Zero Hora, dá conta de que a composição do total de empregados por sexo e etnia/raça é a seguinte: as mulheres são 53,1% do componente; dessas, 45,1% são não negras, e 8% são negras. O salário mediano das mulheres equivale a 93,1% do recebido pelos homens, já o salário médio equivale a 97,0%. Quanto às ações para aumentar a diversidade, a empresa declarou que oferece ações de apoio à compartilhamento de obrigações familiares para ambos os sexos. O levantamento, que apresenta dados organizados conforme os grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tem como norma estabelecida a divisão por filiais com cem ou mais colaboradores. Nesse caso, o Grupo RBS se destaca em relação ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, já que três de suas quatro empresas se enquadram nesta categoria. Quando questionado por e-mail, o setor de Recursos Humanos do jornal informou que os números absolutos de 2022, ano em que o relatório é baseado, não refletem o momento atual. Salientaram também que, sobre os percentuais de colaboradores por raça, a autodeclaração não é obrigatória. A redação atualmente conta com 134 pessoas no total, sendo 71 homens e 67 mulheres jornalistas. Entre editoras, editoras-assistentes, produtoras e repórteres, são quatro negras.

⁴⁸ Informação concedida por meio de trocas de e-mail, realizadas no período entre 08 e 30 de abril de 2024.

5 ONDE ESTÃO AS NEGRAS?

Os números apresentados nos relatórios e na observação indicam que, atualmente, nas três principais redações de Porto Alegre, apenas cinco jornalistas são negras em um universo de 111 profissionais. Foram identificadas quatro jornalistas na Zero Hora, e uma no Jornal do Comércio. Isto prova o que afirma Gonzalez (2020), quando aponta o privilégio racial como uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco figura como maior beneficiário da exploração. Ainda segundo a autora, grande crítica da chamada Democracia Racial, mito defendido por Gilberto Freyre, o racismo no Brasil segue servindo para beneficiar determinados interesses. Ela afirma, ainda, que o país tem como um dos maiores legados da escravidão a distribuição geográfica, especificando que a população negra foi alocada no chamado 'Brasil subdesenvolvido'.

Para a realização deste estudo, diversas fontes e autores foram consultados. Começamos então por analisar o quadro do mercado de trabalho: a taxa de desocupação entre pessoas economicamente ativas é muito maior para os negros, e isso revela que o mercado de trabalho ainda é esse espaço de reprodução da desigualdade racial. Ele limita não apenas a inserção, mas também as possibilidades de ascensão. Pode-se compreender que, para além de ter que apresentar mais habilidades do que os outros candidatos, os negros também são os que esperam mais por oportunidades.

Recordo que Sanchotene, Pedrozo e Zucolo (2018) também partiram desse sentimento de ausência de mulheres negras nos programas de TV aberta observados em 2015. Diante disso, buscaram entender como essas profissionais, atuando no telejornalismo gaúcho, compreendem as questões de gênero, raça e profissão. Constataram que o número de jornalistas negras naquela época não era muito expressivo, pois apenas duas das emissoras pesquisadas apresentavam profissionais como repórteres ou apresentadoras.

É importante observar que houve certa dificuldade em reunir os números absolutos de mulheres inseridas nas redações. Com exceção dos Relatórios de Transparência Salarial, documentos públicos exigidos pelo Governo Federal, mas que foram fornecidos pelas próprias empresas, foi preciso entrar em contato com setores internos desses jornais. Mesmo assim, em alguns momentos a operação

não teve êxito. A coleta de dados sobre as mulheres da Zero Hora, por exemplo, precisou ser feita por meios próprios, observando na aba “Quem É Quem” e pesquisando uma a uma em perfis profissionais e redes sociais. Até mesmo porque, segundo o setor de Recursos Humanos da empresa, os números absolutos de 2022 já não refletem o momento atual. Salientaram também que, sobre os percentuais de colaboradores por raça, a autodeclaração não é obrigatória. No caso do Jornal do Comércio, que não tem uma página contendo o expediente da redação, foi preciso conversar com o Editor-Chefe. Quanto ao Correio do Povo, o RH foi o responsável por me fornecer essa informação. Vale realçar que é difícil encontrar dados claros e objetivos sobre essa questão, sobretudo porque o único relatório existente, que é divulgado pelas empresas, faz um mapeamento muito genérico. Por exemplo, o fato de não setorizar os colaboradores por atividades, funções e senioridade.

Uma observação que pôde ser feita nos relatórios fornecidos pelo Correio do Povo e Zero Hora, é que nenhuma dessas empresas implementou as chamadas ‘Políticas de contratação de mulheres (negras, com deficiência, em situação de violência, chefes de família, LGBTQIA +)’, um dos critérios listados no quadro “Ações para aumentar a diversidade”. Já com relação ao Jornal do Comércio, não é possível fazer essa afirmação por falta do documento oficial. Mas a impressão que se tem, é que isso também não é uma prioridade.

Segundo Brito e Pedreira (2009), o jornal é a mais antiga das mídias para o grande público. O jornalismo enquanto instituição, por sua vez, existe há pelo menos duas centenas de anos, e acompanhou todos os processos tecnológicos. Então, o que os periódicos alvo desta pesquisa têm em comum é justamente a modernização, desde a parte gráfica dos impressos até quando a informação precisou ir para além das páginas de papel e transbordar para telas de computadores e smartphones. Mas o que eles também compartilham é essa ausência de profissionais negras.

Outra questão, dessa vez especificamente sobre o Correio do Povo, é que segundo a ‘Relação de Funcionários por Raça/Cor’ a redação conta, em sua totalidade, com 25 mulheres. Porém, a única mulher que se autodeclara PPI (Preto, Pardo ou Indígena), trabalha na redação, mas como responsável pela rotina administrativa, e não faz parte da produção jornalística. Sabe-se também, até este momento, que as únicas mulheres autodeclaradas negras e integrantes do quadro jornalístico são estagiárias. Por mais que isso possa ser considerado um avanço e

uma melhor perspectiva para o futuro, essas pessoas ainda estão em fase de aprendizado e integram uma parcela diferente do mercado de trabalho. Por ser um universo de características diferentes, como o tipo de contratação e atuação, além do fato do ambiente de estágio ser rotativo e oferecer um tempo estabelecido, nada garante que essas pessoas possam ascender no mesmo local. Portanto, elas foram excluídas desta soma para que o cálculo final pudesse ser o mais assertivo possível.

Definimos, para esta pesquisa, que os cargos considerados de “liderança” seriam aqueles que comandam uma equipe, por exemplo. Entre eles, no contexto das redações tradicionais, estão as funções de editor-chefe, editor-assistente, coordenador de produção e afins. As nomenclaturas para essas funções diferem entre as empresas, mas esta pesquisa encontrou somente uma mulher negra em funções deste tipo. Neste momento, interessa compreender se o problema é a falta de jornalistas experientes e qualificadas para serem contempladas nestes cargos. Amparados pelos escritos de bell hooks (1995), sabemos que há muito por trás dessa invisibilidade, pois, segundo a autora, as mulheres negras são consideradas, há muito tempo, figuras sem mente. Naquele contexto, a teórica feminista se referia ao processo de exploração do corpo daquelas mulheres, mas também é possível relacionar e interpretar com o fato das mesmas serem consideradas menos favorecidas intelectualmente, menos capazes.

Como já fora exposto anteriormente, a imprensa negra até então era a única forma de contrapor a mídia dominante. Ela foi considerada por muito tempo um tipo de mídia “alternativa”, já que não fazia parte do que era tradicional. Retomando a fala do advogado e militante Luis Alberto da Silva, entendemos que as empresas de comunicação construíram impérios para si e seus beneficiários. Com o avanço do tempo, começamos a perceber a presença de alguns negros nos lugares, como na televisão, fossem eles transmissores da mensagem ou figuras especialistas em algum assunto. Mas neste momento surge o questionamento se há uma real conquista, ou se isso é apenas um reflexo da tendência de um mercado capitalista, que enxergou na figura do negro um *token*⁴⁹ de representatividade, sendo este um esforço superficial ou simbólico. Segundo Silva, por trás desta concessão existe um

⁴⁹ O termo surgiu em 1960, nos Estados Unidos, com o movimento pelos direitos civis dos afro-americanos. Se aplica quando uma instituição utiliza de uma figura negra para dizer que há representatividade naquele local, criando uma falsa sensação de progresso.

interesse capitalista que não está necessariamente atento às questões sociais, revelando um cenário de “promoção do indivíduo, e não do espaço democrático para a comunidade”.

Aqui cabe discutir novamente sobre os dados expostos nos relatórios de Transparência Salarial utilizados nesta pesquisa: no Correio do Povo há 7,5% mulheres negras e 28,9% brancas. Já no jornal Zero Hora são 8,0% para 45,1% brancas. No Jornal do Comércio, por sua vez, há somente uma mulher negra. Em ambas as situações, as mulheres negras figuram como menos que a metade dos integrantes da composição do quadro. Isso vai ao encontro com o que diz a socióloga e educadora Patricia Hill Collins, que, apesar de estar falando de um contexto dos Estados Unidos, consegue elucidar muito bem sobre essa baixa expressão quando se trata de pessoas negras. Em “Pensamento Feminista Negro” (2019) ela fala sobre os desafios inerentes a vida em sociedade, visto que esse grupo social exclui e anula as mulheres de ascendência africana. Ainda nesta linha, Collins defende que a vulnerabilidade dessas mulheres a diversas formas de opressão, sendo uma delas a representação por meio da mídia, tem sido um dos fatores que instigam a luta do Feminismo Negro.

As empresas divergem na questão da distribuição de gênero: o documento disponibilizado pelo Grupo RBS expõe que há 53,1% mulheres e 46,9% homens na redação de Zero Hora, já quanto no Correio do Povo são 36,4% mulheres e 63,6% homens. Outro dado observado é que as duas têm como critério remuneratório a questão do tempo de experiência, sendo assim, aqueles que possuem carreira mais longa estão em melhor colocação e, conseqüentemente, têm melhores salários.

A questão da representatividade nestes espaços também não acontece porque, dentro das empresas, parece haver espaço apenas para uma pessoa. A competição no mercado de trabalho acontece por inúmeras razões e é um fenômeno natural, mas nesse caso ocorre por escassez da oferta de vagas. Aqui, retomo a ideia do ‘negro único’, conforme exposto por Collins (1990). Esse cenário também gera uma situação infeliz de competição entre os próprios negros, que por vezes estão buscando as mesmas oportunidades de emprego.

Quanto à hipótese articulada inicialmente, entendo que ela tenha se comprovado ao longo deste trabalho. Sigo acreditando que há mais pesquisas no campo da televisão, porque neste caso existe a questão da imagem. Não porque as outras jornalistas atuantes também não sofram discriminação, mas sim porque

aquelas que trabalham no meio televisivo recebem críticas direcionadas à sua imagem e de forma mais latente, especialmente com o advento das redes sociais. Essa dedução também ocorre porque, de acordo com o monitoramento de ataques a jornalistas com base no viés de gênero, realizado pela Abraji, as mulheres, sobretudo as do meio televisivo, são as maiores vítimas da violência no exercício da profissão. Pelo menos 52,4% dos ataques registrados pelo estudo em 2024 foram contra profissionais do meio televisivo, contra 18,6% dos jornais do meio digital e 14,5% dos impressos. Partindo de uma análise pessoal, defendo que sejam feitas mais buscas deste tipo, visto que houve certa dificuldade em encontrar trabalhos que remetem à questão das redações gaúchas.

O Brasil, um dos países mais atrasados na extinção do regime escravocrata, sofre até hoje com as consequências desse período. É essa circunstância que explica o contexto de desigualdade social e, substancialmente, racial e de gênero, que estrutura a sociedade atual. Em um dia os negros eram os escravizados, e no outro, eram livres, mas sem nenhum tipo de reparação. O processo abolicionista, portanto, não foi capaz de reverter a situação de marginalização de um grupo que foi jogado à própria sorte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de partir de fato para a fase final de considerações, é preciso abordar como foi a experiência de conduzir essa pesquisa. Figurar não apenas como estudante em fase de conclusão de curso e autora deste estudo, mas também como sujeito vítima dessas mesmas disparidades, é uma forma única e dolorida de compreender a realidade na qual estamos inseridos. Entendo que este trabalho não serve como algo conclusivo, um material que ensina caminhos para acabar com a desigualdade racial e de gênero, até mesmo porque as questões delineadas aqui vão muito além de somente “contratar pessoas negras”. Mas ele pode sim promover reflexões e delinear possíveis futuras pesquisas acerca da mesma temática, ou ainda tópicos mais específicos dentro deste universo.

Escolher falar das mulheres negras foi um recorte que, como enunciado na introdução, me toca pessoalmente, por ser o grupo que me identifico. Mas também parte de uma curiosidade em entender porque a diversidade do nosso país não está refletida nas páginas dos impressos que fazem parte da história do Rio Grande do Sul. A escolha pelo meio impresso foi proposital. Se pararmos para pensar, as páginas pretas e brancas, e por vezes coloridas, de jornais e revistas, não revelam o rosto por trás dos escritos. Ali não há distinção. Ao contrário da televisão, por exemplo, onde a questão da imagem está diretamente ligada. Por isso mesmo é importante identificar quem está por trás dos textos. A representação do profissional, nesse sentido, se deve ao processo de produção, desde o tipo de reportagem que ele vai conduzir, os personagens que vai escolher e a forma como decidirá retratá-los.

Acredito que também é importante pensar em quantos casos ocorrem, mas não são denunciados. Quantas denúncias são feitas, mas não são conduzidas com seriedade. Quantas pessoas percebem situações racistas com seus colegas, ou até mesmo são as vítimas, mas não levam à frente. Os dados expostos neste trabalho, de desigualdade ou injúria, são apenas aqueles que tomamos conhecimento, mas sabemos que há muito encoberto ou silenciado. Novamente, na posição de uma possível vítima, por conta da questão racial e de gênero, não há como criticar. O mercado de trabalho já é suficientemente desigual e esmagador, então, é possível compreender quando alguém escolhe não arriscar o seu emprego por conta de algo que, para muitos, nem é encarado como um problema.

Esta pesquisa permitiu uma busca aprofundada sobre esse único fenômeno, por mais que muitas outras vertentes pudessem ser exploradas a partir deste tema. Este estudo contribui para futuros estudos sobre como o Brasil, sendo tão diverso, conta com esses elevados níveis de discriminação racial. A partir dela, também é possível atualizar alguns dados sobre a desigualdade dentro da imprensa gaúcha. Não se sabe exatamente porque essas empresas não investem na contratação de pessoas negras, sobretudo mulheres, visto que elas perdem em questões como a percepção de diversidade, permitindo uma representação mais rica e autêntica da sociedade. Também há perdas no sentido da contribuição de diferentes realidades. A falta de diversidade também pode refletir em uma abordagem inconsistente de raça, gênero e classe nos produtos finais – sobretudo nas reportagens. Outro ponto é que essa inserção coíbe possíveis estereótipos que possam recair sobre a população racializada, preenchendo assim os lugares de silêncio que a sociedade produz.

O protagonismo negro foi, por muito tempo, subestimado, mas está surgindo lentamente em várias frentes. Sabe-se que hoje há, sim, uma tímida mudança nesse aspecto. Assim como pontuou Bandeira (2021), referências negras, antes centralizadas em imagens como a de Dulcinéia Novaes, Glória Maria, Heraldo Pereira e Zileide Silva, se multiplicaram (2021, p. 43). Hoje vemos muitas outras faces de talentos negros ocupando esses espaços importantes na comunicação. Apesar desses avanços, é notado um percurso de maior dificuldade para se chegar neles. Basta acompanhar quando profissionais negros relatam suas experiências em processos de seleção, dizendo que sempre precisam apresentar uma bagagem mais robusta de vivências e qualificações para conseguir competir com os outros profissionais brancos.

Durante a produção, foi possível observar que duas características, que são o gênero e a classe social, podem acrescentar mais uma forma de opressão neste conjunto. Ser mulher, negra e pobre é quase como uma sina, pois triplica o risco de sofrer discriminação. Essas ideias são explicitadas nos estudos de Kimberlé Crenshaw (1989), desde que a pesquisadora criou o termo “interseccionalidade”, e buscou compreender como diferentes formas de discriminação interagem. Como observado, a estrutura racista e misógina que permeia e dita o ritmo da sociedade age de forma cruel, mas muitas vezes subjetiva e velada.

Outro aspecto que também foi notado é que se espera que o negro se mostre

apto e qualificado para ocupar tal espaço. Se ele não fizer esse movimento, dificilmente será notado de forma orgânica. Assim, o cenário não tem chances de modificar, porque as empresas não desenvolvem práticas que promovam a inserção, nem vão atrás de talentos negros. E são muitas as barreiras que impedem seu acesso. Apesar de observar que a branquitude apresenta sim algumas discussões sobre o tema, a busca pela equidade racial e de gênero ainda não é uma prioridade, e fica toda a encargo da população racializada. E esse cenário é curioso porque, se um grupo de comunicação se propõe a ser algo próximo do público e transmitir a realidade, ele deve também ter como objetivo construir um espaço onde há igualdade. Segundo a teórica Djamila Ribeiro (2018), também é dever dos não negros se conscientizarem e lutarem contra essas opressões. A autora pontua que uma pessoa branca, enquanto aliada dos negros e do antirracismo, entende seu lugar e cede seu espaço de protagonismo para que as pessoas em situação de opressão possam falar. Ela diz que, como negra, quer deixar de ser objeto de estudo, e passar a sujeito da pesquisa.

Desde a graduação, para aqueles que passaram por esta etapa, já é difícil a jornada de ingressar no mercado de trabalho sem experiência prévia ou conexões sólidas. Em quase todo processo seletivo, desde o envio de currículo até a entrevista de fato, a mesma questão se sobressai: a falta de experiência ou contatos relevantes. Sem indicações, situação que é muito observada entre a branquitude, a competição se torna ainda mais injusta. Somente se dedicar a aprimorar o currículo nem sempre é o caminho mais óbvio, principalmente em um momento onde o *networking* se torna uma das formas de acesso às oportunidades. É preciso estabelecer contatos o mais cedo possível e, somente a partir disso, ter oportunidades de mostrar suas qualificações. Por isso, também, surgem plataformas e grupos que objetivam unir profissionais negros à oportunidades, seja de emprego ou qualificação – como o *EmpregueAfro*, o *Carreira Preta* e o *Indique Uma Preta*.

Apesar do que alguns acreditam, para os negros, nem sempre o “mérito” é o fio condutor da conquista profissional. Primeiro porque a meritocracia está em um lugar de reforçar a desigualdade, já que o termo evoca a ideia de ser digno ou merecedor, e por ele subentende-se que o alcance do poder deve vir por merecimento. Seguindo essa linha de pensamento, os objetivos são atingidos somente por aqueles que se esforçam suficientemente para tal. Mas em um mundo onde a competição é intensa, é fundamental lembrar que nem todas as pessoas

tiveram oportunidade de se dedicar somente aos estudos. E, por vezes, o conhecimento pessoal e a bagagem de vida de uma pessoa podem ser tão ricos quanto uma especialização.

Os números baixos impressionam, mas não são uma novidade, apenas confirmando que a luta contra o racismo também encontra na imprensa um campo de batalha. Há um crescimento importante, porém, ainda baixo se pensarmos no nosso avanço enquanto humanidade. É curioso pensar nessa distribuição, em um país onde pelo menos 55,5% das pessoas se autodeclaram negras (sendo pretas ou pardas). Mas a parte mais difícil, além de digerir esses dados, é lidar com os desdobramentos desonestos desse movimento que tenta, de todas as formas, excluir os negros da possibilidade de alcançar o protagonismo. Uma consideração importante de se fazer é sobre ter ciência das consequências que uma produção com este tema (e peso) pode trazer. Abordar as situações de invisibilidade quando se está prestes a entrar no mercado de trabalho parece uma escolha arriscada, mas só reforça a importância da pauta. Da mesma forma como, diversas vezes, a jornalista Vera Daisy, pioneira no jornalismo esportivo e em tantos outros aspectos, reforçou sobre a imprensa ser racista, e sobre a necessidade de ampliarmos o debate do racismo para além dos espaços de “conforto”. E mesmo depois de conseguir grandes oportunidades, nunca deixou de abrir espaço para discutir a questão do racismo.

Somente as políticas públicas sozinhas não são eficientes. Sabe-se que houve um caminho de progresso na sociedade a partir das mesmas, mas é necessário ver ações práticas a partir desses fundamentos. Promover um ambiente inclusivo parece o mais desafiador, mas pode começar com aqueles que já estão no quadro de funcionários. Desde políticas de tolerância zero ao preconceito a espaços de diálogo e compartilhamento de aflições, onde as funcionárias se sintam seguras para falar das suas experiências e sugerir melhorias. Especificamente sobre o processo seletivo, essa inclusão pode começar pela revisão dos critérios de seleção, garantindo que os requisitos das vagas não excluam, injustamente, candidatos que tenham as qualificações para competir. A partir disso, o recrutamento diversificado pode ser feito utilizando plataformas e redes que encontrem profissionais negros. Ou, então, refinando seus mecanismos de busca para que seja possível tê-los no radar do seu banco de talentos. Também pode ser efetiva a parceria com organizações que apoiam a qualificação ou proporcionam

conhecimento para mulheres negras, como as bolsas afirmativas para o 19º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), por exemplo. Um processo de treinamento que ofereça programas de capacitação sobre diversidade e inclusão, e ações que conectem as contratadas aos líderes da empresa. Depois de contratadas, para não serem apenas um *token* de diversidade, é necessário assegurar que essas mulheres tenham acesso às oportunidades internas e possam crescer dentro da empresa. Uma forma de concretizar isso é realizando avaliações de desempenho justas e transparentes, sinalizando onde é possível melhorar e como pode ser essa transição.

Assim como me disse Vera Daisy, “a questão do racismo nunca vai se esgotar”. Isso porque ainda existe uma imensidão de questões a serem respondidas, há muitas dívidas históricas pendentes. E é somente a partir do nosso esforço de verificar essas feridas e estimular reflexões críticas que esses fatos históricos podem ganhar luz. A negação dessa circunstância contribuiu por muito tempo com o mito de uma realidade onde as oportunidades são distribuídas igualmente, sem distinção racial, de gênero ou classe. Sejam quais forem os argumentos, não há razões legítimas que justifiquem esse histórico de opressão ou sustentem um presente que persiste com disparidades tão contundentes. Essa estrutura ultrapassada, respaldada por uma construção histórica, fez com que por muito tempo os negros se considerassem (e fossem considerados) menos, e precisa urgentemente ser revisada.

Mesmo que a gente celebre que a sociedade esteja – há pouco mais de 130 anos – livre do chicote e da vendagem, ainda precisamos defender as cotas e discutir sobre a violência com viés racial. Afinal, o mesmo tiro que matou Kathlen Romeu, designer de 24 anos e ainda grávida, e Evaldo Rosa, o músico fuzilado cerca de 80 vezes “por engano”, ou o mesmo ar que faltou a George Floyd, entre tantos outros acontecimentos, são os exemplos mais expressivos de como este aparato de repressão segue vigoroso. As críticas expostas neste trabalho também partem de uma análise pessoal, até mesmo porque é um exercício frustrante saber que o mercado em que se deseja estar não parece querer que você esteja lá. Porém, assim como Boaventura de Souza Santos (2000), também “coloco-me no campo daqueles que sentem uma dupla obrigação científica e política de não se furtarem ao tratamento dos problemas fundamentais” (2000, p. 282), e não posso me ausentar do debate. Mas é esse estudo, sustentado em diversos dados, que

comprova o peso e a face da desigualdade. São os números que estão dizendo, eles é que estão expondo a realidade.

Casualmente, no dia que estou terminando essa conclusão, é celebrado o dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e também o dia de Tereza Benguela. Me pergunto quais foram os reais avanços, se hoje ainda estamos debatendo e defendendo os mesmos ideais de anos atrás, quando a questão social ainda nem era uma pauta difundida. Desejo viver em um mundo em que as vozes negras, sobretudo as femininas, sejam ouvidas. Uma realidade onde corpos sejam valorizados e que, principalmente, as empresas invistam em ações afirmativas que incentivem o desenvolvimento profissional e de ascensão. A luta não é simples, tampouco linear, necessita de mobilização e processos que envolvem dismantelar uma estrutura que existe há muito tempo. Mas entendo nosso compromisso de reforçar a importância da luta e resistência feminina negra perante as diversas desigualdades sociais que as atravessam. Que possamos ser leves ou frágeis tanto quanto exigem que sejamos fortes.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Felipe. Quando as jornalistas assumem o protagonismo: memória do gênero biográfico brasileiro pela ótica feminina. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

BANDEIRA, Gabriel. A gente não se vê por aqui: O jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ysmNWsi6M5hbXX2dF14UR4CRU9P-_G9V/view. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180155/Estatuto%20da%20Iguadade%20Racial.pdf?sequence=7>. Acesso em: 27 de jul de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 27 de jul de 2024.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. A força dos jornais: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília, DF: Associação Nacional de Jornais, 2009. 151 p. ISBN 9788562795008.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

CORREA E SILVA COELHO, J.; DE ALMEIDA MOURA, F. .; FERREIRA JÚNIOR, J. Mulheres negras no telejornalismo brasileiro: visibilidade em meio ao preconceito de raça e gênero: Black women in brazilian telejournalism: visibility and resistance in the face of race and gender prejudice. *Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, v. 15, n. 1, 17 dez. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. *Estudos Feministas*, ano 10, nº 1/2002.

DOS PASSOS, Joana Célia. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. *EJA EM DEBATE*, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. de 2012.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. DE . Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 63, p. 103–120, jan. 2016.

FONSECA, M.V. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania – Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito do cidadão à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HENRIQUES, R. M. Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

MARQUES, Elenir Gularte. Grupo Palmares em Porto Alegre na década de 1970: o papel de mulheres negras ativistas. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFRGS: Porto Alegre, 2019.

MOURA, Clóvis. "Dicionário da Escravidão Negra no Brasil". São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/b58_ad14.pdf

LOPES, Ivonete da Silva. Mídia Negra e Desigualdade na Estrutura Midiática: Apontamentos sobre Brasil e Estados Unidos. Anagramas: Rumbos y sentidos de la comunicación, v. 20, n. 39, p. 223-242, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25222021000200223. Acesso em: 08 ago. 2024.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

ORSOLINI, Alba Valéria Penteado; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica. Franca: Uni-FACEP [Internet], 2010.

O negro na mídia - a invisibilidade da cor. Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul/Núcleo de Jornalistas Afro-Brasileiros. Porto Alegre: Sindjors, 2005.

PINTO, Yasmin Santos Moreira. Letra preta: a inserção de jornalistas negros no

impresso. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, A. DOS S.; MAGALHÃES, L.. Os impactos dos racismos nas ocupações da população negra: reflexões para a terapia e a ciência ocupacional . Saúde e Sociedade, v. 32, n. 2, 2023.

REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-18, 2018 .DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29349>.

REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

REIS, Paloma Vieira. A emancipação da mulher: A Voz da Serra (Erechim - RS, 1974-1977). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANCHOTENE, C.; PEDROZO, M.; CABRAL ZUCOLO, R. A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão (The Black Woman on TV and telejournalism gaúcho: perceptions on gender, race and profession). Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 18, n. 2, p. 422–436, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10033>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Roberto dos. PEDAGOGIAS DA NEGRITUDE E IDENTIDADES NEGRAS EM PORTO ALEGRE: JEITOS DE SER NEGRO NO TIÇÃO E NO FOLHETIM DO

ZAIRE (1978/1988). 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2007.

SANTOS, Tiago Vinicius André dos. Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIEIRA, Diogo de Moraes; ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). In: Revista de Iniciação Científica da ULBRA. n.5, [s./], 2006.

XAVIER, Julliana Lopes Bento. A imprensa negra e as comissões de jornalistas pela igualdade racial: o combate ao racismo nos meios de comunicação. 2013. 96 f., il. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

YAMANAKA, J. H. C.. ALMEIDA, S. Racismo estrutural. [Structural Racism] São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 16, n. 3, p. 187–194, jul. 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 212 p. ISBN: 8536304626.